



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 6<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 42<sup>a</sup>  
(QUADRAGÉSIMA SEGUNDA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL  
PARA DISCUTIR A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA “HISTÓRIA E  
CULTURA AFRO-BRASILEIRA” NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E  
MÉDIO DA REDE OFICIAL E PARTICULAR NO ÂMBITO DO DISTRITO  
FEDERAL, ESTABELECIDA PELA LEI N° 10.639, DE 2003,**  
**EM 17 DE MAIO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária do dia 17 de maio de 2012.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.363, de 2012, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, a sessão ordinária de hoje, dia 17 de maio de 2012, quinta-feira, fica transformada em comissão geral para discutir a obrigatoriedade da temática História e Cultura afro-brasileira, estabelecida pela Lei nº 10.639, de 2003, nas escolas de ensino fundamental e médio da rede oficial e particular no âmbito do Distrito Federal.

Declaro suspensa a presente sessão, convidando as Sras. e Srs. Deputados, bem como todos os convidados, a participarem desta comissão geral no plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h36min, a sessão é reaberta às 16h08min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	2

**PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES)** – Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral, destinada a debater sobre a obrigatoriedade da temática História e Cultura afro-brasileira.

Convidado, para tomar assento à Mesa, a Assessora de Políticas Afirmativas da Secretaria de Igualdade Racial – Seppir/Governo Federal, Sra. Verônica Maia; a Diretora Pedagógica do Sindmec, Sra. Eloisa Cunha; a Coordenadora da Secretaria para Assuntos de Raça e Sexualidade – Sinpro/DF, Sra. Viviane Vinagreiro de Aquino Farkas; o Presidente do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares do Distrito Federal – Sinproep, Sr. Rodrigo Pereira de Paula; a Coordenadora de Educação em Diversidade da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Sra. Ana José Marques; a Diretora de Políticas de Educação do Campo Indígena e para as Relações Étnico-Raciais do Ministério da Educação, Sra. Viviane Fernandes Faria; e o Subsecretário de Ações Afirmativas da Secretaria de Estado Especial da Promoção de Igualdade Racial do Distrito Federal, Sr. Antonio Mário Ferreira.

Boa tarde a todas e a todos. Antes de tudo, eu quero publicamente pedir desculpas pelo meu atraso. Uma agenda anterior, realmente, impediu-me de chegar na hora e por respeito às senhoras e aos senhores eu tenho que apresentar minhas escusas. Aliado a isso, ainda tivemos um probleminha no som. Mas com esmero, vontade, temos todas as condições de propor um bom debate nesta tarde sobre esse tema que é extremamente importante dentro das políticas públicas de igualdade racial e é algo que está presente em todas as atividades da Câmara Legislativa deste ano.

Esta Câmara, em diversos momentos, já se pronunciou sobre as políticas públicas contra o racismo, pela promoção da igualdade racial, pela valorização da cultura afro, enfim, em uma série de ações. Esta Câmara tem buscado que isso tudo possa promover, realmente, no Distrito Federal a quebra do preconceito, o avanço nessas políticas públicas que são de extrema importância não só para os descendentes e os praticantes da cultura afro, mas principalmente para toda a sociedade do Distrito Federal.

Avançando no tema – acredito que ao longo desta tarde a gente terá toda a possibilidade de colocar nossas considerações –, eu quero aqui agradecer e passar ao Deputado Prof. Israel Batista, porque ele já tem outro compromisso e até me pediu que eu fosse breve nas minhas considerações iniciais, para que ele pudesse dar seu posicionamento e sua palavra nesta tarde.

Concedo, de imediato, a palavra ao meu amigo e líder do meu bloco na Câmara Legislativa, Deputado Prof. Israel Batista.

**DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA** – Deputado Cláudio Abrantes, obrigado por essa deferência. Boa tarde a todas e a todos, estou muito feliz porque estamos movimentando a pauta do combate ao racismo, a pauta da igualdade racial nesta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	3

semana do 13 de maio. Estou sentindo que não ficaremos só nesta semana. Acho que iremos avançar.

Na segunda-feira, nós lançamos a Frente Parlamentar de Combate ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial. A Deputada Arlete Sampaio é membro da Frente, o Deputado Cláudio Abrantes também, além de outros colegas. Eu acho que nós precisamos, realmente, levar essa pauta a sério. E coloco como minha meta a aplicação da Lei nº 10.639. Eu acho que existem muitos problemas relacionados ao racismo. Muitos. Mas a forma que eu consigo trabalhar é a forma estruturante. A gente precisa reestruturar o processo de educação no Brasil, porque se nós brasileiros temos como verdadeiro esse mito do racismo é porque nós somos criados assim durante gerações. E é preciso corrigir esse mal na raiz. Enquanto não fizermos essa correção, nós precisaremos aplicar medidas coercitivas para impedir que o racismo continue grassando na nossa sociedade.

Então, eu acredito que essa seja a missão mais difícil, a mais demorada, mas a fundamental, a mais importante. E por isso este debate é tão pertinente. Daqui a pouco, a Deputada Arlete Sampaio vai falar sobre isso. Eu quero parabenizá-la, Deputada, porque V.Exa. tem um mandato e uma vida pública que fazem diferença para a cidade. A Deputada é autora de uma lei, a Lei nº 3.456, de 2004 — daqui a pouco ela vai falar mais sobre isso. Essa lei regulamenta a aplicação da Lei nº 10.639. Tentaram impedir a Deputada de aprovar essa lei. Houve um veto do Governador. E a Deputada articulou para derrubar esse veto. Parabéns, Deputada Arlete, porque essa lei modifica a estrutura da nossa cidade.

E esta Câmara tem de ser mais presente, tem de ser mais importante. Porque, se hoje se critica o Poder Legislativo, é porque o Poder Legislativo não consegue mostrar para a sociedade a sua importância. E essa lei aqui prova: nós somos importantes, sim. Parabéns! É uma lei que regulamenta o ensino da História. E a Deputada vai falar mais sobre isso.

Eu queria dizer para vocês, também, que anteontem, na Comissão de Educação, nós, Deputados dessa Comissão, inclusive a Deputada Arlete Sampaio, decidimos levar esse questionamento sobre a Lei nº 10.639 mais a fundo. E levar o questionamento sobre a Lei nº 3.456, também de autoria da Deputada. Nós vamos levar ao Secretário de Educação. As perguntas já estão prontas, Deputado Cláudio Abrantes. Eu vou passá-las a V.Exa. Nós vamos arguir a Secretaria de Educação sobre a aplicação da lei. Porque nós consideramos que, se nós paramos de fazer tudo, todo o resto, e nós conseguirmos fazer com que essa lei seja aplicada, nós podemos dormir em paz. Aqueles que lutam por essa causa, dando a vida por essa causa, podem morrer em paz, porque fizeram o seu papel.

Nós somos racistas porque nós fomos educados assim. Havia uma campanha publicitária do Governo Federal, no Governo do Presidente Lula, que, para mim, era a campanha mais correta. Ela perguntava, desafiadoramente, na televisão: "Onde você esconde o seu racismo?" Porque há mais esta: o racismo no Brasil é covarde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	4

Ele se esconde na piada. Ele se esconde na fala grosseira, que expressa opinião sobre o cabelo das pessoas, sobre a pele das pessoas. Isso é muito ruim. É por isso que nós vivemos afrontados por um preconceito e não podemos combatê-lo, pois ele é um preconceito de guerrilha. Ele aparece nos momentos mais inesperados. Por exemplo, quando a adrenalina sobe à cabeça de um médico que cuida de malucos, mas que é completamente descontrolado. É um deles. É aí que o preconceito surge. Isso nos mostra que esse preconceito está arraigado, enraizado, está no subconsciente. Ele se demonstra quando você menos espera.

Entretanto, como nós não somos animais, como nós não somos bichos, é bom que a gente aprenda que, enquanto não conseguirmos educar nossas crianças de forma diferente, o preconceito vai continuar acontecendo. Hoje eu digo: nós estamos na fase da coerção. É a dureza da lei que impede a pessoa de expressar esse racismo. Essa Frente Parlamentar e estes debates que começam aqui são o próximo passo, Presidente Deputado Cláudio Abrantes. Qual é o próximo passo? É acabar com o racismo, mesmo. O racismo introjetado, o racismo subconsciente. E isso a gente faz com a educação. Nós estamos na fase de impedir que o racismo se expresse, e não na de acabar com o racismo. E nós precisamos dar este passo. O passo de mudar todo o nosso sistema de educação.

Então, quando nós dissermos para as nossas crianças que existe uma outra África, que negritude não é escravatura, que negritude não é pobreza, que África também é civilização, quando as crianças souberem que os etíopes desenvolveram a matemática etíope, que chega aos mesmos resultados da matemática ocidental, mas por outras fórmulas, nós vamos entender que a África é outra coisa. E não essa África infantil que conhecemos, de Walt Disney, de toda nossa formação. Quando dissermos que a África, no período Medieval, era maior e mais desenvolvida do que a Europa, que naqueles tempos vivia na lanterninha do desenvolvimento mundial, as crianças vão aprender diferente, elas vão ver: "Epa, não é bem assim, as coisas não são como eu aprendi." E vamos conseguir mudar estruturalmente a questão do racismo em nosso País.

Eu estou muito feliz. Parabéns, Deputado Cláudio Abrantes, sobretudo meu amigo, por ter chamado esta comissão geral. O tema é muito pertinente. Na próxima reunião da Comissão de Educação e Saúde – tenho certeza de que a Deputada Arlete Sampaio está comigo, pois a causa é nossa –, vamos encaminhar ao Secretário e pedir que nos responda sobre esta questão, e não para fazer as críticas que merecem ser feitas, mas também para apresentar sugestões para solução desse problema.

Um grande abraço a todos. Eu quero dizer que tenho de sair, infelizmente – meu amigo, meio atrasado –, pois marquei um compromisso para as 16h e não posso mais ficar, mas saio com grande aperto no coração.

Um abraço. Tchau!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	5

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, querido amigo. Eu sei que seu coração e seu pensamento estarão aqui. Essa é uma causa que, realmente, o Deputado Prof. Israel Batista tem abraçado desde os primeiros dias desta legislatura. Aliás, esta legislatura tem sido, graças a Deus, pródiga nesse sentido, visto a quantidade de eventos, de trabalhos que têm sido feitos. Temos aqui o exemplo do trabalho da própria Deputada Arlete Sampaio, buscando a igualdade e a aplicação dessa lei, que marca um momento muito especial na história da luta contra o racismo. É algo tão importante que não podemos deixar ficar subjugado a segundo plano.

Esta Câmara, tenho certeza, lutará para que efetivamente a Lei nº 10.639 tenha as plenas condições de aplicabilidade. Naturalmente, Brasília dará o exemplo que tem sido visto ao longo do tempo. Uma semana muito especial, como o Deputado Prof. Israel Batista falou, em que lançamos aqui a frente parlamentar. Ainda numa sequência, tivemos a aprovação pelo Supremo Tribunal Federal da constitucionalidade das cotas nas universidades públicas, que foi uma resposta dada àqueles que ainda pensavam em combater esse instituto de igualdade. Nesse sentido, temos que trabalhar realmente para que nesse caminho ainda possamos sanar todos os problemas e dar a aplicabilidade devida à Lei nº 10.639.

Não vou me alongar, pois há uma pessoa muito querida, defensora dessa causa, que me pediu para falar. Infelizmente, meu atraso apertou a agenda de quase todos e também a agenda da minha querida amiga, Deputada Arlete Sampaio, para quem concedo a palavra.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Boa tarde a todas e a todos. Meus cumprimentos a todos os membros da Mesa na pessoa do nosso querido Deputado Cláudio Abrantes.

Foi extremamente oportuna a lembrança do nosso Deputado em requerer que a sessão se transformasse em comissão geral para debater sobre a aplicação da Lei nº 10.639, que não é pouca coisa. Ela simplesmente modifica a LDB para que seja introduzido nos currículos escolares o ensino, de uma outra forma, da relação Brasil-África, porque da maneira como estudamos na escola, não aprendemos a verdadeira história dessa relação.

Eu sou baiana de nascimento e convivi muitas vezes, em Salvador, morei numa rua em que havia um terreiro onde eu ia muito. Mas, na verdade, fui aprender um pouco mais sobre a história dos negros na Bahia e no Brasil na Universidade de Brasília, porque eu fazia Medicina e, nos meus momentos mais vagos, procurava frequentar todos os cursos de outras áreas de Humanas. Então, fiz um curso de Antropologia e tive que fazer uma monografia sobre essa história. Aí eu descobri coisas incríveis. Descobri, por exemplo, que os negros muçulmanos foram os introdutores da agricultura aqui no Brasil. Eles tinham mais conhecimento sobre a agricultura que os brancos portugueses. Eles introduziram, também, conhecimentos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	6

na siderurgia e na mineração que os portugueses não tinham o menor conhecimento.

E depois aprendi também a história guerreira desses homens e mulheres livres africanos que foram escravizados e que resistiram bravamente a essa escravidão. A Revolta dos Malês; a grande figura humana que foi Zumbi dos Palmares. Então, essa história tem que ser recontada sob outra ótica para as nossas crianças em todas as escolas brasileiras. A lei tem esse alcance.

Em 2004, nós apresentamos aqui uma lei que regulamenta a aplicação da Lei nº 10.639 no DF, a Lei nº 3.456. Protocolamos uma indicação, para ser aprovada nesta Casa, encaminhada ao secretário de educação, pedindo providências no sentido da aplicação dessas duas leis, colocá-las em prática. Há várias experiências – a nossa professora aqui sabe muito bem disso – já no Distrito Federal que recontam essa história de forma justa. Lá no Gama, por exemplo, tem uma escola com um trabalho magnífico de combate ao racismo, de promoção da igualdade racial.

Eu acredito que, quando o nosso Presidente Lula criou a Seppir, ele justamente procurava dar visibilidade a essa questão, que até então era colocada debaixo dos panos. “O Brasil é um País miscigenado, o País não tem racismo”, mas nós sabemos que ele está presente. O Deputado que me antecedeu falou muito bem do recente caso de uma moça que trabalha num *shopping* vendendo ingressos de cinema, que foi desacatada, foi absolutamente desrespeitada por um colega meu de profissão, que, exatamente por ser médico, deveria compreender que todos os seres humanos são diferentes e essa diversidade é que é a riqueza deste País, mas destratou e teve uma atitude racista em relação à moça. Esse fato mostra claramente que o racismo está presente e temos de superá-lo, superá-lo com ações afirmativas.

E temos que render homenagens à decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal quando reforça as cotas raciais nas universidades. Também temos que garantir a aplicação da lei que penaliza a prática do racismo. Mas, ao lado disso, temos que construir outro conhecimento, uma outra história, para que isso seja eliminado definitivamente da nossa realidade.

Portanto, Deputado Cláudio Abrantes, tenho certeza de que todas as pessoas da Mesa têm grandes contribuições a dar a este debate, então vou tentar ouvir o máximo que posso, porém vou ter que fazer uma viagem por missão partidária. De toda forma, quero saudar V.Exa. e homenageá-lo por essa iniciativa. Espero que, com ações como essas, possamos dar nossa contribuição para resgatar essa bela história do povo africano que veio para o Brasil, que prestou um grande serviço, que foi escravizado e que merece, portanto, que o Brasil reconheça o crime que cometeu contra todos os nossos irmãos africanos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio, por sua participação, presença e serenidade em instrução a nós,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	7

Deputados novatos, que temos na Arlete sempre uma grande mestra em política e no trabalho pela dignidade humana.

Quero avisar aos presentes que, àqueles que desejarem, a quem for necessário, ou aos que se interessarem, podemos emitir declarações de comparecimento. Se tiver algum aluno, algum universitário que tenha algum interesse, é só se dirigir à mesa para fazermos a declaração.

Quero também informar que, durante a fala dos componentes da Mesa, o Cerimonial fará a inscrição daqueles que desejarem fazer uso da palavra, esclarecendo que o nosso Regimento Interno, neste caso, prevê o tempo de três minutos para cada orador.

Passo imediatamente a palavra ao Presidente do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares do Distrito Federal, Sr. Rodrigo Pereira de Paula.

**SR. RODRIGO PEREIRA DE PAULA** – Primeiramente, boa tarde a todas e a todos. Eu quero saudar a Mesa na pessoa do Deputado Cláudio Abrantes, saudar a Deputada Arlete Sampaio e, em nome do Professor Norberto, o grande militante dessa causa, saudar todos os presentes.

Eu, desde já, Deputado Cláudio Abrantes, quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa, principalmente pelo trabalho que V.Exa. tem feito nesta Casa no debate sobre as questões da cultura. Sou filho, neto e bisneto de Planaltina e me orgulho muito do trabalho que V.Exa. tem feito, junto com a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Prof. Israel Batista e vários Deputados nesta legislatura, porque durante muito tempo Planaltina foi vista pela sociedade com muitas restrições. V.Exa. tem feito a diferença nesta legislatura.

Eu represento aqui o Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino – Sinproep. A gente entende que a Lei nº 10.639 — sem dúvida nenhuma, o Presidente Lula foi feliz em sancioná-la — vem justamente com o objetivo de reparar uma dívida histórica que temos em nosso País. Eu sou professor de História, e ainda nos dias de hoje a história é contada de uma forma completamente equivocada, Deputado Cláudio Abrantes. Dizer que a libertação dos escravos rompeu com uma lógica de dominação do nosso povo é totalmente equivocado. A libertação dos escravos, através da Lei Áurea, nada mais foi do que um reconhecimento de um apelo daquele momento. Mas, a partir da Lei Áurea, em momento nenhum os senhores de engenho, os senhores da época discutiam, por exemplo, a divisão de renda e da riqueza que o povo construiu neste País. Em momento nenhum os negros tiveram oportunidade de ter acesso à sociedade da mesma forma.

A partir da abolição da escravatura, criou-se uma nova escravatura que é justamente a exclusão do povo que gerou a origem do nosso País nesse processo. Então, essa lei vem justamente para reparar. Discutir hoje a Lei nº 10.639 é recontar a história e colocar a ótica que de fato tem que ser colocada. Quando a gente hoje



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	8

discute questões de cotas, de participação na sociedade, essas são apenas uma parcela pequena que nós entendemos de uma dívida que é histórica. Nós não mudamos a sociedade se não for através do processo educacional. Nesse sentido, nós precisamos avançar muito aqui no Distrito Federal.

É importante dizer que essa não é uma lei qualquer. É uma lei que alterou a lei maior que foi a LDB — Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No entanto, percebemos, Deputado Cláudio Abrantes, que o próprio Governo e a estrutura educacional não deu a importância que deveria dar. O nosso sindicato realizou por diversas vezes seminário de formação dos professores. Realizamos vários apelos, mas infelizmente a ótica precisa ser a de incluir de fato a disciplina. A maioria das escolas está utilizando a lei e arrumando artifícios. Coloca a lei não como uma disciplina obrigatória, mas a coloca nos currículos e acaba entrando numa discussão com outras disciplinas, que não é a discussão da forma como tem que ser.

Aí, eu lamento um pouco a ausência aqui, Deputado Cláudio Abrantes — eu acho que V.Exa. deveria fazer essa menção —, da Secretaria de Estado de Educação.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. RODRIGO PEREIRA DE PAULA — Ah, está aqui a Secretaria? Desculpe-me, querida, perdão.

A Secretaria de Estado de Educação, por exemplo, no nosso caso, do setor privado, o setor privado é uma concessão do Estado, o Estado detém o processo educacional e, no nosso entendimento, a Secretaria tem que exigir das escolas que não façam um arremedo da lei, e sim obriguem nos currículos das escolas particulares, onde a exclusão é muito grande. É inegável que hoje o setor privado ainda carece de um debate a respeito da questão da lei nas escolas, e nós precisamos que a Secretaria de Estado de Educação discipline isso através de matéria do próprio Conselho de Educação, numa ótica que, de fato, não entre nas disciplinas transversais, mas nas disciplinas principais, da mesma forma que a Sociologia, que outras disciplinas têm entrado.

Não existe outra forma senão recontar as histórias para aqueles que constroem o presente e que vão construir o futuro, que são nossas crianças. É inadmissível que em pleno 2012 os livros de História ainda contem a história de forma equivocada, e é necessário que o Distrito Federal se faça pioneiro nesse processo. Tivemos a iniciativa da lei da Deputada Arlete Sampaio e outras iniciativas, mas precisamos fazer um grande apelo da sociedade para que a lei de fato seja executada no âmbito das escolas públicas e no âmbito das escolas particulares.

Eu concluo colocando uma reflexão: incluir a disciplina é refletir sobre o passado, pensar e corrigir o presente com políticas públicas efetivas para que os excluídos possam ter oportunidade no futuro, e, a partir daí, sem dúvida nenhuma, a gente constrói uma sociedade diferente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Quero dizer a todos os membros da Mesa e à Secretaria de Educação, Deputado Cláudio Abrantes, que o nosso sindicato e os professores da rede particular de ensino estão prontos para fazer o dever de casa, que é recontar a história da forma que ela tem que ser contada. O nosso povo, o Brasil, precisa mais do que nunca dizer a verdade do que originou a nossa sociedade. Sem dúvida nenhuma, o nosso continente irmão é o continente africano, que é a origem de tudo. É a origem de tudo, e nós não podemos excluir esse debate das nossas crianças.

Então, parabéns pela iniciativa. Quero dizer que o nosso sindicato está firme para dar continuidade a esse debate no âmbito de todas as escolas e faculdades particulares. Muito obrigado.

Desde já, Deputado, eu vou pedir também licença, porque estou representando um professor numa audiência na Justiça do Trabalho e não vou poder ficar, mas está aqui a nossa diretora, Sirley, que vai acompanhar a comissão. Para qualquer coisa, a gente vai estar lá à disposição.

Desculpe pela questão da Secretaria, é que geralmente eu associo ao Denilson.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Rodrigo, pela sua participação. Quero fazer uma saudação especial aos meus amigos das comunidades de terreiro que também estão presentes aqui, a federação está presente, e quero agradecer muito a presença de todos vocês. Quero registrar a presença do meu querido amigo, o nosso mestre, Deputado Wasny de Roure, que é o nosso Líder do Governo nesta Casa.

Concedo a palavra, para suas considerações, ao Sr. Subsecretário de Ações Afirmativas da Secretaria de Estado Especial da Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal, Antonio Mário Ferreira.

SR. ANTONIO MÁRIO FERREIRA – Exmo. Sr. Coordenador da Frente Parlamentar de Defesa da Cultura, Deputado Cláudio Abrantes, me sinto muito honrado pelo convite à nossa Secretaria, e quero parabenizá-lo pela iniciativa, que só tende a auxiliar o debate, que é bastante sério.

Sra. Assessora de Políticas Afirmativas da Secretaria de Igualdade Racial – SEPPIR, do Governo Federal, Verônica Maia; Sra. Diretora Pedagógica do Sindmec, Sra. Eloisa Cunha; Sra. Coordenadora da Secretaria para Assuntos de Raça e Sexualidade – Sinpro/DF, Viviane Vinagreiro de Aquino Farkas; Sr. Presidente do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal – Sinproep, Rodrigo Pereira de Paula; Sra. Coordenadora de Educação em Diversidade da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Ana José Marques; Sra. Diretora de Políticas de Educação do Campo Indígena para as Relações Étnico-Raciais do Ministério da Educação, Viviane Fernandes Faria; Deputada Arlete



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	10

Sampaio; Deputado Wasny de Roure, figuras que já conheço há um tempo, desde quando fui da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal — Condsef, e que sempre estiveram ao lado da luta. Para mim é uma gratificação vê-los aqui, sempre firmes e fortes nessas fileiras.

A companheira Graça, há muito tempo, no Distrito Federal, tem lutado, assim como outros companheiros, e por conta do Movimento Negro Unificado, foi uma das pioneiras dessa especificidade da luta em relação à Educação, em especial da Lei nº 10.639. A todas, a todos, aos jovens aqui presentes — peço agô ao povo de terreiro —, como o Deputado falou, a Lei nº 10.639 cria um artigo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação — LDB. Então, ela cria um direito conquistado pelo movimento negro. O reconhecimento do racismo pelo Governo Federal fez com que esse direito fosse aplicado por meio de lei e de uma série de outros mecanismos instituídos e implementados pelo Ministério da Educação.

Não quero entrar nos detalhes em relação a isso, mas gostaria de trazer elementos para o debate sobre as dificuldades dessa implementação. Essa mudança deve ser feita em um conjunto de ações. Não adianta dizermos que é uma lei ou um problema de livros, porque essa problemática se apresenta ora como um problema de material pedagógico, ora como um problema na formação, ora na resistência do próprio racismo, que é aquilo que chamamos de democracia racial. Encontramos esse problema dentro da escola: professores não querendo tocar no assunto e dizendo que ele não existe. Dizem que não irão tocar em um assunto que não existe, temos esse problema dentro da sociedade. Hoje há um tema moderno que está sendo debatido, o racismo institucional.

Todos esses elementos contribuem para a dificuldade da implementação desse direito. Esse problema também aparece na questão da gestão, se há problema com o gestor, o diretor da escola, que muitas vezes também acha que não se deve tocar nesse assunto, pois ele instiga a luta, a briga entre as raças. O gestor pedagógico, muitas vezes, também não se interessa ou empurra para o professor negro, dizendo que há um professor negro que pode cuidar do assunto e não toma pé, não contribui, não chama o debate para dentro da escola, para a implementação. O próprio prefeito da cidade — isso a gente já encontrou, a Viviane deve até tocar nesse assunto — é um problema que se encontra em nível nacional: prefeitos que não querem tocar na questão, assim como secretários de educação e governadores. Às vezes, por problemas de ordem política com o Governo Federal, eles não querem mexer no assunto. Esse conjunto de problemas apresentados nos remete a pensar em ações.

Outro elemento que eu gostaria de trazer para contribuir no debate é que a história do negro no Brasil não se limita à história da África, que é uma parte dessa implementação. O que temos de discutir também é a participação africana no mundo, porque os africanos contribuíram para a filosofia, para a formação da transformação da matéria-prima. Eles tiveram dinastias, trouxeram formas de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	11

governo, formas de política, Direito. Esses elementos não são só da história da África, mas da inteligência africana também. Esse é um elemento que tem de ser trazido para a educação. Não é só mostrar a África e dizer como ela é.

A contribuição que os negros deram ao Brasil não foi só onde nos limitamos muito, como na questão da musicalidade, na capoeira, na alimentação. Tivemos contribuição na Política, na Filosofia, no Direito, com Luiz Gama, na Engenharia, com André Rebouças. Esses são os elementos que têm de ser trazidos para a educação das relações étnico-raciais na implementação, o que está por trás da implementação da Lei 10.639, do art. 26 da LDB.

Outra questão fundamental que faz parte dessa implementação e não está só nos livros didáticos, mas no comportamento dentro da escola, na relação do professor com o aluno dentro da escola é a questão da autoestima do aluno negro: o respeito ao cabelo que o negro tem, às vestes, ao colorido que o negro gosta de usar, à religião — isso é discriminado dentro da escola e faz parte de uma educação que não contribui para o desenvolvimento das relações. A piada precisa ser enfrentada. Não dá para dizer que é piada. Não sou tão velho assim, mas vou fazer 53 anos. Já tenho uma estrada andada. Gosto de dizer que hoje vejo essas pessoas falando de *bullying*, e eu sofria isso direto na escola, como piada, com brincadeira. "A gente está brincando com você". Falavam do meu cabelo, inventavam piadinha sobre a gente, chamavam de toquinho de carvão, aquelas brincadeirinhas que existem na escola. Sofríamos aquilo na escola, e não era *bullying*. Agora é *bullying*. Isso tem de ser enfrentado também dentro da escola, porque isso influencia para que a população negra não participe.

O companheiro Deputado Chico Vigilante está presente. É uma honra. É um grande lutador também da nossa questão.

Outra questão é a relação dos professores com os alunos com dificuldades. Geralmente são nossos alunos negros de baixa renda. Dizem: "Ele não tem vontade de estudar". Já o deixam de lado, já não dão a atenção. Isso faz parte dessa questão, porque quem fica fora dessas relações somos nós, negros. Esse tipo de questão tem de estar fazendo parte desse conjunto transformador.

Sobre o respeito à religião eu já falei. A nossa religião é sempre a religião do diabo, que mata bicho. Os judeus também sacrificam, e ninguém diz que eles são assassinos de animais. Há coisas que precisam ser modificadas e resolvidas.

A questão das cotas, vitória nossa no Supremo Tribunal Federal, é importante, em especial aqui em Brasília. É importante os professores, a Secretaria de Educação, a nossa Seppir e a Seppir/DF, incentivarem e buscarem fazer ações no sentido de estimularmos os alunos negros jovens ao vestibular na UnB no sistema de cotas da universidade, estimulá-los a entrar pelo sistema de cotas. Isso não é demérito nenhum, mas um direito conquistado e reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal. Brigarmos por cotas em mestradinhos, doutorados é importante. Não adianta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	12

nos formarmos na graduação da universidade e não conseguirmos ter espaço dentro do mestrado, do doutorado, que é um setor que nos dá qualidade muito maior e mercado de trabalho para o nosso povo.

Eu acho que as soluções que poderíamos buscar construir, Deputado, seriam no sentido de, junto com a comissão desta Casa, a gente traçar uma unidade de ações — ações coordenadas das secretarias, sindicatos, movimentos, associações de moradores, associações de pais e mestres, fóruns de juventude, fóruns de educação —, ter um trabalho onde a gente pudesse ter ações coordenadas, porque não adianta pensar que o problema é uma coisa; o problema é um conjunto de coisas.

Temos que saber em que cada um tem capacidade de atuar e que cada um pode contribuir, porque já sabemos que existe boa vontade do Governo. O Governo criou uma secretaria de promoção da igualdade racial, o Governo apoiou todas as iniciativas desta Casa em relação às leis relacionadas ao tema, atende a todas as demandas desta Casa em relação a esta questão, recebe as pessoas. A Secretaria de Educação tem não só um setor, mas vários setores, várias pessoas, a Ana. A EAPE – Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – tem setor referente a essa questão. Então, temos que ter uma ação coordenada nesse sentido para poder atuar com eficácia naqueles problemas que existem — não é um só, são os problemas que existem dessa implementação.

Com isso, quero dizer mais uma vez que me sinto muito honrado de ser convidado, de a Seppir ser convidada para essa participação. Quero dizer que vai haver uma atividade nossa do fórum de juventude em Ceilândia, agora, no domingo, às 12h, com uma feijoada gostosa, na Casa de Capoeira, na QNN, Área Especial B1, Ceilândia Norte. Todos estão convidados.

Mais uma vez muito obrigado. Obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Antônio Mário. O professor já citou há pouco, mas eu quero registrar a presença aqui no plenário do nosso amigo Deputado Chico Vigilante, Líder do Partido dos Trabalhadores nesta Casa e defensor ferrenho das questões da cultura afro-brasileira.

Eu quero acrescentar alguma coisa. Eu acho que, às vezes, a gente precisa incluir algumas questões relacionadas à comunicação disso tudo. Recentemente, a imprensa valoriza muito o fato negativo — e tem que valorizar — como o que aconteceu recentemente da moça que trabalhava no cinema: aquela atitude deplorável do médico realmente tinha que ser noticiada e combatida com toda a força.

Eu creio que precisamos tratar desse ponto de vista, de uma ação coordenada, mas também tratar com os veículos de comunicação, a imprensa propriamente dita, com a divulgação do que realmente está sendo feito para que a comunidade tenha conhecimento disso. A Lei 10.639, infelizmente, se você for conversar com a maioria dos alunos de 2º grau mesmo, ou com a sociedade, de uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	13

maneira geral, estão totalmente alheios a ela. Poucos a conhecem. Poucos sabem que ela existe. Eu acho que falta ação coordenada do ponto de vista da comunicação de todas essas ações que foram feitas.

A questão das cotas foi divulgada. Eu acho que isso deveria ser celebrado como uma grande conquista da sociedade brasileira. Vimos algumas notas em jornais ou coisas do tipo, e isso deveria ter sido colocado. Infelizmente, ainda houve pessoas que questionaram isso, mas a ratificação das cotas deveria ser comemorada de uma maneira efusiva no País inteiro. Infelizmente, nós não temos ainda essas ações de comunicação para aquilo que é afirmativo, para as ações afirmativas. Infelizmente, temos que conviver — aí isso tem que ser divulgado mesmo — com ações, como disse há pouco, de racismo declarado, como a daquele médico com a funcionária do cinema.

Então, eu acho que a partir desses debates, nós precisamos criar ações — concordo plenamente — coordenadas em todos os âmbitos. Acredito que, no âmbito do Distrito Federal, foi um grande ganho a ação do Governo do Distrito Federal, do Governador Agnaldo Queiroz, da criação da Seppir. Era uma reivindicação antiga. No ano passado mesmo, nós tivemos oportunidade de cobrar isso da tribuna, porque era só uma coordenação. E o fato de ter se criado a Seppir — Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — já foi um grande passo nesse trabalho. É óbvio que há dificuldades. Sempre que a Seppir está aqui conosco, ela fala um pouco de orçamento, de recursos, que também são necessários. É boa essa conversa, mas já é um grande passo, tenho certeza de que avançaremos nesse sentido.

Seguindo as falas, quero passar a palavra agora para a Diretora de Políticas de Educação do Campo Indígena e para Relações Étnico-Raciais do Ministério da Educação, Sra. Viviane Fernandes Faria.

SRA. VIVIANE FERNANDES FARIA – Boa tarde a todas e todos. Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Cláudio Abrantes e toda a Mesa presente, nossos companheiros das representações sindicais, a Verônica da Seppir, Antônio Mário da Seppir/DF. Cumprimento todas e todos.

A minha fala, posso começar, Deputado, dizendo que hoje, neste momento, estamos fazendo a implementação da Lei nº 10.639, porque as audiências públicas hoje no Brasil afora são uma realidade, são um espaço muito importante do debate da implementação dessa lei.

Nós estávamos conversando um pouquinho antes de iniciar, eu estava conversando com a Verônica e o Antônio Mário e questionando o que é implementar a Lei nº 10.639. O que significa essa implementação? Porque entendemos — e o Ministério da Educação tem feito uma série de ações em busca dessa implementação — que é importante a formação de professores. Hoje nós temos um programa nacional de formação de professores em que a própria escola faz o seu plano de formação. Entendemos que é importante a elaboração e a disseminação de material



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	14

didático suficiente, entendemos que é importante a formação de gestores também. Só que, quando falamos de implementação da lei, nós falamos de questões extremamente subjetivas também. Hoje, só estar no livro não garante; garante como esse assunto vai ser tratado dentro da sala de aula. Hoje o livro didático entregue pelo PNLD do MEC, o Programa Nacional do Livro Didático, já traz no seu critério de apresentação da obra didática a inserção dos conteúdos da história e cultura afro-brasileira e africana.

Hoje se nós pegarmos os livros que existem nas escolas – até nas particulares, porque essa publicação fomenta também a elaboração de livros –, nós teremos vários capítulos em cada um dos livros, dentro de Língua Portuguesa, de História, falando dessa cultura e história. Mas de que forma esse assunto é realmente trabalhado dentro das nossas salas de aula? Porque quando falamos de implementar a lei, não estamos falando apenas — essa é uma concepção que temos trabalhado muito em relação ao Ministério da Educação — do ensinar ao aluno, como se o aluno fosse somente um mero receptor dessa aprendizagem, como se ele não trouxesse a sua bagagem, a sua cultura e os seus valores, mas falamos também da escola se repensar, da escola também aprender o que é trabalhar contra a eliminação do preconceito e do racismo dentro das próprias escolas.

Quando falamos em implementar a lei e a LDB, isso porque está na LDB, estamos falando em superar as desigualdades históricas que a população negra tem enfrentado dentro das nossas escolas. Superar porque os negros têm cerca de três anos a menos de estudo do que os brancos no nosso País. Então, implementar a lei é questionar uma série de desigualdades e tentar acabar com elas, porque hoje, dentro da população com quinze anos ou mais, a grande maioria do analfabetismo é entre as pessoas negras.

Vemos que essa é uma política que tem que ir além desse debate só de formação e de material didático, ela tem que ser uma política debatida exatamente dentro da escola, dentro dessa escola que gera a evasão, que gera o preconceito, que gera uma série de situações que fazem com que não haja permanência de muitas crianças dentro da sala de aula. Ela gera essa exclusão.

É importante lembrarmos também, porque quando nós falamos da implementação da lei – e lá está bem claro no parecer da Professora Petronilha, entre outros –, quando falamos da lei, nós vamos ter que falar também da consciência histórica e política da diversidade. O que entendemos por diversidade em nosso País? Esse é um país da diversidade, mas sabemos que essa diversidade – o senhor coloca muito bem quando fala da questão das cotas – muitas vezes entra no politicamente correto, mas quando entra e questiona o cerne da nossa sociedade, ainda vemos reações de setores conservadores muito fortes.

Isso vimos nos artigos de vários jornais falando da questão das cotas, dizendo que deveriam ser só as cotas com caráter social, quando não. Sabemos que a desigualdade histórica é, realmente, em relação à raça, à etnia. Vemos também,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	15

quando o Ministério da Educação insere no Enem. No último Enem, isso até foi pouco publicizado, teve uma questão sobre a Lei 10.639, e o MEC foi inquirido de que estava – preste atenção – colocando conteúdos ideológicos no Enem. Isso porque estamos pautando uma questão que é legal.

Então, quando falamos da discussão da lei, realmente temos que ir fundo: discutir que diversidade é essa, qual é esse papel, o fortalecimento dos direitos e das identidades – isso a lei traz muito bem –, além das ações de combate ao preconceito e ao racismo. Trago esses elementos porque nos pautamos muito só nas ações de combate ao preconceito e ao racismo, que são extremamente necessárias e importantes, mas precisamos também trabalhar nesses dois outros eixos de que a lei trata. O parecer explicita isso de uma forma muito contundente e nós precisamos trabalhar muito em relação a isso, ainda.

Hoje nós falamos também – acho que os avanços são grandes –, quando nós conseguimos pautar essa discussão dentro dos sistemas de ensino. A SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, foi criada em 2003. A partir de 2003 houve o início, o aprofundamento do tratamento desse assunto dentro das nossas escolas. Então, foi no Governo Lula com a criação da Seppir e com a criação, dentro do Ministério da Educação, de uma coordenação específica para fazer essa discussão dentro das escolas. A partir daí, também, isso se reproduz nos sistemas estatuais de educação e nos sistemas municipais de educação.

Ter uma coordenação específica como o Distrito Federal tem, como todos os Estados da Federação têm, para tratar esse tema, esse sim é um grande avanço, porque começamos a pautar. Temos dificuldades? Temos. Mas conseguimos pautar e temos esses avanços significativos dentro das estruturas das escolas.

Temos outro dado extremamente importante quando falamos da questão dos materiais escolares: das parcerias cada vez mais de elaboração desse material didático e da criação nas universidades públicas deste País dos núcleos de estudos afro-brasileiros, que começaram a produzir materiais em relação à questão étnico-racial. Hoje, temos esses NEABs – Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – no Brasil inteiro, que têm feito estudos e pesquisas extremamente importantes, e o Ministério da Educação tem fomentado esses estudos e pesquisas.

Nós vamos lançar em julho o livro da Professora Nilma Lino Gomes, que traz os resultados da sua pesquisa sobre a implementação da Lei 10.639, mostrando ainda todas as dificuldades não só da implementação, mas de mensurar de que forma essa implementação tem sido feita, até pelo caráter subjetivo que isso significa, que isso implica dentro dos nossos sistemas de ensino. É difícil mensurar o quanto um professor está discutindo o racismo como uma concepção, ou discutindo o racismo como um ponto só para as crianças decorarem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	16

Não sei se dá para entender, mas são questões de fundo, porque o professor está lá como um ser humano inteiro, que recebeu os seus valores e a sua carga pessoal, a sua vivência, e vai reproduzir um pouco disso, do que ele acredita, dentro de sala de aula. Isso muitas vezes conflita com o que é racional, e se ele não percebe que isso muitas vezes acontece, não percebe que tem essas questões racistas dentro dele e nega isso, ele vai passar isso para seus educandos, por mais que seu discurso seja não-racista. E isso os nossos irmãos dos terreiros sabem muito bem, porque hoje, quando falamos da religiosidade, ainda se mostra que não é tão politicamente correto dentro de sala de aula. O professor até faz a implementação da lei, mas “não me falem de terreiro, de macumba, de coisa do diabo aqui dentro”, porque é dessa forma que isso ainda é enxergado.

Então, nós vemos um contraponto: como se está implementando a lei, se traz uma série de valores em relação à cultura afro-brasileira, em relação à cultura religiosa? Esse é um debate que precisamos aprofundar. Hoje temos também, em todos os estados, a instância da sociedade civil, que é um grande aliado, os movimentos negros, porque sabemos que quem pautou, quem construiu essa história, quem está construindo são os movimentos negros no País, e o papel deles nos estados, através dos fóruns de diversidade étnico-racial, é um papel extremamente importante. Nossa preocupação é que em alguns estados ele está sendo institucionalizado e tomando a liderança pelos próprios poderes constituídos, pelas próprias secretarias, e isso muitas vezes enfraquece o movimento social e a sua luta dentro dos estados. Nós precisamos fortalecer em relação a isso e não deixá-los reféns de uma estrutura ou de uma questão política de poder local.

Então, todos esses elementos hoje estão na pauta, nas discussões, e uma forma com que nós podemos realmente romper, de fato, com o racismo, com o preconceito é debatendo e trazendo essas questões. É debatendo sobre o livro, sobre a qualidade da formação, com a produção acadêmica, com o Poder Legislativo, com os poderes constituídos, e principalmente com a sociedade civil. Eu acho que esse é o nosso grande desafio.

O Ministério da Educação tem fomentado, continua com a sua produção, porque entendemos que é importante, continua com a formação de professores, incentivando, fomentando NEADs – Núcleo de Educação à Distância, fazendo reunião com fórum, mas também tem que estar cada vez mais próximo às escolas para levar esse debate.

Muito obrigada a todos. Era essa a colaboração.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigada, Viviane.

Quero passar a palavra agora – está presente aqui na sessão, anunciei há pouco, e pedi para ele fazer uso da palavra, nos orientar com sua lucidez, sua força, sua vontade – ao Exmo. Sr. Vice-Presidente da Comissão de Segurança e Líder do PT na Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Boa tarde a todas e a todos; Deputado Cláudio Abrantes; Assessora de Políticas Afirmativas da Secretaria de Igualdade Racial, Verônica Maia; Diretora de Pedagogia, Eloisa Cunha; e demais componentes da Mesa. Na verdade, eu vim demorar um pouco aqui e aprender um pouco com vocês, Deputado Cláudio Abrantes. Parabenizo V.Exa. pela iniciativa deste debate, que considero fundamental. Essas questões, precisamos debater muito mais no Brasil.

Uma coisa que me incomodou profundamente foi a falta de debate com relação àquela ação movida no Supremo contra as cotas. Naquele dia, eu acompanhei a votação pela televisão. A verdade é que não houve uma mobilização da sociedade. Não houve uma sustentação por parte de todos. Outros temas menos importantes já mobilizaram mais. E quase ninguém fala que ali estava contida uma questão ideológica. Não foi qualquer ação. Foi uma ação movida por um partido político, um partido que já teve poder de mando no Brasil, um partido que chegou à Vice-Presidência da República num passado muito recente e que foi ao Supremo e sustentou aquela tese absurda. Eu vi a advogada fazer sustentação oral pelo fim das cotas. Pareceu que eles estavam defendendo os negros. Pareceu que quem propôs as cotas estava tirando a igualdade que existia e a estávamos suprimindo com a Lei das Cotas.

Depois, ainda algumas televisões tiveram a falta de caráter de buscar alguns negros famosos para se somarem àquela tese. Eu vi o próprio Agnaldo Timóteo, uma pessoa que eu respeito, mas o seu posicionamento na televisão foi algo deprimente. Alguns advogados disseram, eu ouvi um comentarista de televisão dizer que o problema da Lei das Cotas é que profissionais sairiam das cotas. Que profissionais! Eu ouvi isso na televisão.

SR. ANTÔNIO MÁRIO FERREIRA – Deputado, isso é uma falta de respeito inclusive com a academia. Ele está dizendo que a academia não tem competência para educar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Pois é. Acho que foi tão absurda a sustentação que fizeram, que a nação inteira deveria ter se indignado contra aquilo, deveria ter ido às ruas protestar contra aquilo. Ficou todo mundo calado. Quer dizer, o cara se dá o direito de usar uma rede de televisão – sei lá quantos milhões de pessoas estavam assistindo naquele momento –, sustentando teses absurdas como essa, e não tem um contraponto para mostrar efetivamente que aquilo era uma mentira, que nenhum favorecimento estava sendo feito aos negros no Brasil.

Eu sou negro. Acho que debates como esse servem para mostrar que a questão racial não é uma questão dos negros e sim uma questão da sociedade, uma questão do conjunto, uma questão de todos. Não adianta a pessoa achar que é branca e dizer que não tem nada a ver com isso ou sustentar outra tese falaciosa dizendo: “Não, vamos pelas cotas sociais”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	18

Deputado Cláudio Abrantes, parabenizo V.Exa. por esta iniciativa. São debates assim, mesmo nesta humilde Câmara Legislativa, mesmo sem ainda termos a nossa TV Legislativa, que já está na internet, mas ainda não está como nós queremos que ela esteja, numa TV a cabo e depois numa TV aberta. Se já estivéssemos com a nossa TV funcionando, seguramente este debate que está sendo travado aqui, da mais alta qualidade, mais pessoas estariam assistindo em suas casas e seria mudado nosso conceito de nação.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Deputado Chico Vigilante, obrigado. V.Exa. está sempre observando essas questões que são importantes. V.Exa. tocou em um ponto muito importante, que é essa questão da igualdade racial, que muita gente acha que não tem nada a ver com ela.

Eu quero citar um exemplo, aproveitando a presença dos nossos irmãos das comunidades de terreiro. Recentemente, houve uma interdição de um templo na região de Planaltina. Imediatamente – V.Exa. capitaneou este processo, ficou à frente deste trabalho –, fomos ao Governador em exercício, as associações e as entidades foram chamadas, e foi feito um compromisso. Há a questão no GT. Esta Câmara está integralmente envolvida neste debate, porque há uma lei no Distrito Federal que regulamenta o uso dos templos e não há um templo de religião de matriz africana devidamente regularizado.

Então, nós vemos que, muitas vezes, o preconceito, o racismo está nas entrelinhas. Muitas vezes, as pessoas deturpam aquilo que o legislador pensa e busca, com um justo reconhecimento da contribuição da África para o Brasil, mantêm, de uma maneira subliminar, renegada ao “submundo”, e aproveitam só aquilo que lhes interessa. Nós vemos aí, com todo o respeito, o axé, estilo musical. Hoje, se você pergunta para qualquer pessoa o que é axé, ela responde que axé é o ritmo lá da Bahia. Vocês sabem bem que axé é muito mais do que o ritmo da Bahia. É força, é energia. E isso fica colocado de lado.

Antônio falou aqui de várias questões relacionadas à engenharia, mas os grandes bens culturais do País que têm origem na África, muitas vezes, não são abordados, não são expostos ao aluno. Fala-se da capoeira. Muita gente gosta de praticar capoeira. A capoeira surgiu dos negros nas senzalas do País. A própria feijoada é um bem cultural do País, mas ainda há pessoas que insistem em dizer que a feijoada veio de Portugal. A minha feijoada não veio de Portugal, com todo o respeito a Portugal, naturalmente. A minha feijoada é bem brasileira.

Essas questões, a Lei nº 10.639 tem a capacidade de levar principalmente aos nossos pequenos. O que acontece? Muitas vezes, nós temos que levar para os nossos menores, para as nossas crianças, porque eles é que têm a condição de combater, dentro da sua própria casa, essa cultura racista que infelizmente está impregnada: do cabelo, da roupa e assim por diante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	19

Então, eu acho que esse debate tem que acontecer. Infelizmente, V.Exa. teve que mencionar esse partido. Eu acredito que V.Exa. não mencionou esse partido político com satisfação, mas porque é realmente triste ver que um partido foi ao Supremo Tribunal Federal questionar uma lei tão importante. Daqui a um pouco, ele vai querer questionar outros marcos dentro dessa legalidade, a própria Lei nº 10.639.

SR. ANTÔNIO MÁRIO FERREIRA – Deputado, esse partido já questiona as terras de quilombos também.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Pois é, então vai discutir a Lei nº 10.639 daqui a pouco, vai discutir o Estatuto da Igualdade. Não sei como eles não entraram aqui. Nós temos a Lei Cafu, que disciplina essa questão também, e a própria lei da Deputada Arlete Sampaio.

É por isso que eu acho que esse debate — V.Exa. tocou num ponto chave — tem que ser publicizado. Por mais que a Câmara Legislativa se esforce, ele tem que ser publicizado. A sociedade brasileira tem que saber que dispõe desses marcos legais e que eles buscam resgatar, promover a igualdade racial não para dizer que o negro é coitadinho ou que não tem capacidade. Não é esse o pensamento.

Eu acho que nós temos que avançar muito ainda. Há muito a se discutir. Eu também estou aprendendo com esta Mesa, Deputado Chico Vigilante. Graças a Deus, é uma Mesa muito diferente das Mesas que geralmente são compostas aqui nesta Casa. Ela é composta majoritariamente por mulheres, que são a maioria dos brasileiros e um segmento da sociedade que precisa ser valorizado, reconhecido. Então, é muito importante que elas estejam aqui. Eu fico muito feliz de estarmos só eu e você aqui de “bendito é o fruto”, Antônio. Geralmente, as Mesas aqui são compostas mais por homens do que por mulheres. E aí é extremamente importante essa participação feminina na política, no debate, porque a gente sabe da capacidade. Então, ter esta Mesa é mais um motivo de satisfação para nós.

Para nos ensinar mais, já que estamos tratando de educação, concedo a palavra à Coordenadora de Educação em Diversidade da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Ana José Marques.

SRA. ANA JOSÉ MARQUES — Boa tarde. Quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Cláudio Abrantes, cumprimentar todas e todos que aqui estão e dizer para vocês que é uma honra poder estar nesta Casa hoje, que é Casa do Povo, é a nossa Casa, é um espaço público, discutindo um tema de tamanha relevância, que é o art. 26 da LDB, alterada em 2003 pela Lei nº 10.639 e depois, em 2008, pela Lei nº 11.645, obrigando as escolas públicas e particulares do País a ensinarem História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no Brasil. Isso para nós é de extrema importância.

E eu justamente trago duas perguntas aqui: por que e como? Por que temos que implementar uma lei dessa no País? Por que temos que implementar uma lei



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	20

dessa no Distrito Federal? A gente precisa implementar essa lei, e a Viviane falou muito bem, porque a nossa presença aqui hoje acaba sendo uma das ações de implementação da lei. A gente tem que entender que a população negra ficou simplesmente jogada para escanteio no País quando da Abolição da Escravatura. Isso veio em um crescente e não se modificou. A gente tem dados estatísticos que demonstram isso, demonstram a diferença que há, e vamos nos ater à educação, porque aqui a gente está tratando de educação.

Quando a gente fala de educação, por exemplo, a taxa de homens negros com curso superior completo no ano 2000 era menor do que a taxa de homens brancos em 1960. Isso significa uma distância de quarenta anos entre uma raça e outra. Eu falo em raça mesmo, porque existem aqueles que dizem: "Por que raça, se só existe a raça humana?" Realmente, biologicamente falando, existe a raça humana, mas se a gente parte para o campo da Sociologia, existem raças. E raça significa disputa por poder, disputa por espaço na sociedade, disputa por acesso a bens e serviços, que foram negados no Brasil para uma parcela da população, ou algumas parcelas da população. E aqui a gente está falando especificamente da parcela negra da população brasileira.

Há vários outros dados estatísticos que a gente poderia citar, mas como o tempo está restrito, eu não vou me ater a eles. Eu quero apenas pegar o IDH. O IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano, que tem a ver inclusive com a qualidade de vida da pessoa humana. Se a gente pega o IDH do Brasil no ano de 2002, o Brasil estava classificado em um padrão mediano, em 73º lugar. Se a gente fizesse um recorte por raça e pegasse apenas a população branca, o Brasil iria para o 44º lugar no mundo pelo IDH. Se a gente pegasse apenas a população negra, o Brasil iria para o 105º lugar. Isso significa o quê? Há uma distância enorme entre a população branca e a população negra do Brasil.

Então, quando eu pergunto por que uma lei dessas no Brasil e por que temos que trabalhar História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todas as escolas públicas e particulares do Brasil, é porque existiram leis no Brasil que proibiram o acesso de pessoas negras às escolas, tanto leis municipais quanto leis estaduais e leis federais. Eu posso citar aqui uma delas, que foi uma lei instituída em 1837 pelo município de São Leopoldo, Rio Grande Sul, que proibia terminantemente — a palavra era essa, terminantemente — escravos e pretos, embora livres ou libertos, a entrarem em uma escola pública.

Outra lei que eu posso citar aqui é a Lei nº 7.031, de 6 de setembro de 1878, que dizia que os negros só podiam estudar em cursos noturnos. Só que não existia energia nas escolas públicas. Então, como um negro iria ter acesso à educação, com tantas leis proibindo seu acesso a ela? É por isso que, quando a gente pega os dados estatísticos hoje, vemos que a repetência tem cor. A gente vê que a evasão tem cor. Se fizermos um recorte por raças, vemos que quem está fora das escolas hoje no Brasil são os jovens negros, são as jovens negras. Isto é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	21

alarmante e é triste: estarmos em pleno século XXI, há 124 anos da Abolição da Escravatura, e ainda termos esse quadro no Brasil.

Nós estamos percebendo que esse racismo é estrutural. Ele é um racismo que não é apenas individual. Ele é institucional e cultural. E aí o desafio aumenta cada vez mais para nós. A gente precisa, Sr. Deputado, pensar em ações urgentes e pragmáticas para combater esse racismo, porque nós temos pesquisas que apontam que ainda hoje dentro de escolas de educação infantil dão mais carinho, mais afeto e mais atenção às crianças que têm a pele branca. Isso não pode acontecer, isso não pode existir.

As crianças entram na educação infantil, crianças de creche, de 0 a 3 anos, crianças da pré-escola de 4 e 5 anos, e lá, naquele momento, ela já se percebe... Vocês podem verificar isso no livro cujo título é *Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar*, da Professora Eliane Cavalleiro. Ela mostra em sua pesquisa, nos oito meses em que ficou dentro da escola, que percebia que na educação infantil as crianças brancas tinham mais atenção, mais afeto e carinho que as negras.

Isso traz consequências para a sociedade. O racismo traz consequências nefastas, não somente para as crianças brancas, mas para as crianças negras também, porque quando elas sofrem o racismo, acabam tendo um sentimento enorme de inferioridade. Elas ficam achando que a sua raça é inferior. Elas ficam achando que intelectualmente são inferiores. Elas ficam entendendo que a sua beleza estética é uma beleza inferior à da pessoa branca. Elas ficam, inclusive, achando que os seus valores éticos, morais são inferiores também. E isso acaba por fazer com que essa criança tenha um fracasso escolar no decorrer de sua vida escolar. O que traz de tão nefasto para a pessoa branca, para a criança branca? A criança branca começa a achar que em tudo ela é superior. Ela acaba se tornando uma pessoa racista. Ela acaba entendendo que ela tem mais direitos que o outro.

Partindo disso, o Estado brasileiro, em 2003, reconhece-se racista e promulga a Lei nº 10.639, criando o art. 26-A. Eu achei louvável que o Estado brasileiro tenha se reconhecido racista, porque a partir dessa lei os movimentos negros tiveram toda uma responsabilidade de cobrar isso do Estado, de fazer com que o Estado reconhecesse isso. E a lei é promulgada.

Se pegarmos a Lei nº 10.639, podemos observar que ela é uma página. Contudo, ela foi regulamentada pelo Parecer nº 3, de 2004, da Professora Petronilha, como a Viviane já falou e eu repito. Esse parecer é fundamental, para que todos os educadores e educadoras de todo o Brasil entendam o que é esse parecer, que vem dizendo como se deve colocar dentro da escola a educação para as relações étnico-raciais, porque a lei vem falando sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana, e o parecer vem dizendo como isso tem de ser operacionalizado nas escolas. A lei, se a gente observar, fala no ensino fundamental. Hoje a gente já tem a necessidade de mudar essa lei e colocar para a educação básica. Tem de ser da educação infantil até o ensino médio, não apenas para o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	22

ensino fundamental, não apenas para o ensino fundamental e médio, mas sim para a educação básica.

E temos também de entender que, quando a lei fala que todos os professores de Literatura, de Artes e de História têm de trabalhar com a história e a cultura afro-brasileira e africana, não significa que seja exclusivamente, porque a lei vem dizendo prioritariamente. Só que muita gente se apega à lei, se apega ao discurso e diz: "Não, eu não sou professor de História; eu não vou trabalhar com isso. Eu não sou professor de Literatura; eu não vou trabalhar". Lá, em nenhum momento a lei diz que é exclusividade desses profissionais. Ela diz prioritariamente. Só que as diretrizes vêm dizendo que é obrigação de todos os profissionais da educação trabalharem para uma educação antirracista no País.

E aí nós temos esse grande desafio posto, pois para construirmos uma educação antirracista, temos de ter alguns compromissos que são indispensáveis. O primeiro deles, eu acho que é o desafio maior que a gente tem hoje para enfrentar, é o que o Toninho falou: a democracia racial. Ela não existe de fato, mas as pessoas incorporaram tão bem esse conceito, incorporaram tão bem essa ideia que, quando chegamos às escolas para discutir, sempre ouvimos o discurso recorrente: "Para que trabalhar isso? Nem tem racismo! Todos os brancos e negros se abraçam e se beijam!" Ou então as pessoas dizem assim: "Ah, mas o negro é muito mais racista do que o próprio branco!".

Só que as pessoas não conseguem perceber que, quando o negro não aceita a sua origem, não aceita a sua raça, isso na psicologia social chama-se autonegação. Isso quer dizer que a pessoa já sofreu tanto, seus antepassados sofreram, isso foi passando de geração em geração, que não quer fazer parte daquela linhagem. E não é culpa dessa pessoa, é culpa de uma história, é culpa do tanto que o País excluiu essa parcela da população. Então, nós temos de compreender isso. Este é o maior desafio, a chamada democracia racial, o que depois Florestan Fernandes vem dizendo que é o mito, que é o mito da democracia racial. Só que isso foi muito bem incutido.

A gente tem de enfrentar isso hoje dentro das escolas não só do Distrito Federal, mas do Brasil. Fiquei oito anos no Ministério da Educação, andei pelo Brasil afora e percebi isso por onde eu andava. Quando eu chegava aos lugares e me apresentava, falava que era Ana Marques e estava representando o Ministério da Educação, as pessoas me mediam de cima a baixo, e eu tinha que durante meia hora conversar para provar que aquele lugar que eu estava era o lugar onde eu deveria estar. Então, o racismo no Brasil impera de uma forma que a gente tem de lutar contra questões que não são visíveis a olho nu, o que é pior, pois só percebe isso quem tem um olhar sensível e quem abre a mente para perceber isso.

Outro desafio que a gente tem, se a gente quiser realmente construir uma educação antirracista, é buscar permanentemente a reflexão sobre esse tema, é também repudiar toda e qualquer atitude preconceituosa e discriminatória. Mas é um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	23

repúdio que não é repúdio de discurso, não é repúdio de boca para fora, é repúdio de prática, é repúdio de a gente perceber isso e intervir no momento em que a gente percebe. É essa discussão que a gente tem levado para dentro das escolas. Quando o professor perceber, no ato que perceber, primeiro tem de parar de jogar tudo no bojo do *bullying*. Eu já ouvi até pessoas falando em *bullying* homofóbico, em *bullying* racial! Isso não existe! O que existe é o racismo, é a homofobia, é o *bullying* propriamente dito. O professor tem de entender essas coisas e perceber quando o racismo está imperando, para ele intervir no momento em que isso acontece em sala de aula.

Temos também de considerar que o trabalho com a diversidade tem de estar presente dentro do ambiente escolar, no cotidiano da escola. Então, quando a gente fala em implementação do art. 26A, não entendemos que seja salutar simplesmente criarmos uma disciplina e colocarmos dentro da escola, porque vai ficar dentro da escola apenas um professor trabalhando com aquela temática, e a lógica não é essa. A lógica é que todos os profissionais de educação possam trabalhar cotidianamente com as questões raciais dentro da escola.

E aí a gente tem que pensar em estratégias pedagógicas para que realmente a gente consiga fazer com que essa história mude no Brasil. Por isso o Distrito Federal criou no âmbito da Secretaria de Estado de Educação uma coordenação, que é a Coordenação de Educação em Diversidade. O nosso principal objetivo é estabelecer políticas públicas de educação para diversidade, opondo-nos a todas as formas de exclusão educacional.

A gente tem muitas ações em andamento. Uma delas é a nossa orientação pedagógica. São orientações pedagógicas, o documento já está pronto e nós estamos em fase de implementá-lo no Distrito Federal. As orientações pedagógicas vão trazer um pouco da história de exclusão de negros, indígenas. A orientação pedagógica vem para implementar o art. 26A, entendendo que ele, como eu disse inicialmente, foi alterado duas vezes, em 2003 e em 2008. Em 2008 inclui também a história e cultura indígena. Então, as orientações pedagógicas trazem a exclusão de negros e indígenas do processo educativo do País e depois vai trazer uma série de reflexões sobre isso e como o estado brasileiro começa a reverter essa história, como o Distrito Federal pensa também em fazer isso.

Nós também estamos trabalhando muito em parceria tanto com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/DF, como com a própria Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Nós temos ações que fazemos em parceria. A gente participa de todos os seminários e replica esses seminários que a Secadi propõe a respeito da temática. Temos parceria com a Fundação Cultural Palmares. A gente entende que, como esse é um tema que perpassa todas as etapas e modalidades da educação básica, nós temos que trabalhar com os nossos parceiros.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	24

Estamos com uma ação também que é a África nas Escolas, uma parceira com a Seppir/DF, onde a gente quer levar os alunos estudantes africanos da UnB para dentro das escolas, para eles mostrarem o que é, de fato, a África, porque até hoje, pasmem, ainda temos alunos que acham que a África é um país e não um continente constituído de 53 países. Ainda temos alunos que não sabem, por exemplo, que o Egito é na África, porque o Egito foi muito evoluído na antiguidade para estar dentro da África. Infelizmente, foi esta história que nos passaram na escola.

Então, são questões que a gente está trabalhando em parceria. Temos uma forte articulação com outros setores, temos uma pesquisa que está em andamento em parceira com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE, em parceria também com a Faculdade de Educação da UnB. A gente está levantando no Distrito Federal onde tem ações de implementação da lei, pois a gente quer justamente conhecer a realidade para atuarmos de forma mais precisa com as políticas públicas. Temos também em parceira com a EAPE o curso de formação continuada dos profissionais da educação, onde os profissionais da educação têm a oportunidade de conhecer o que é a África e como é que a gente pensa a África. Temos de pensar as africanidades. A gente tem que pensar a África da forma real como ela é, e não da forma como a mídia nos passa todos os dias, só colocando o lado negativo dos países africanos. Estamos com essa disposição para o trabalho e estamos, de fato, implementando o artigo 26A.

Eu encerro minha fala fazendo minhas as palavras do Mandela: "Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar". Este é o nosso lema: realmente fazer com que as pessoas do Distrito Federal abandonem toda e qualquer forma de exclusão e toda e qualquer forma de opressão e discriminação.

Obrigada pelas palavras nesta tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Ana. Nós é que agradecemos. Ela falou da África, e eu vou aproveitar o momento para fazer um convite a todas e a todos. No próximo dia 25, faremos uma sessão solene, nesta Câmara Legislativa do Distrito Federal, em comemoração ao Dia da África. Já temos diversas embaixadas confirmadas. É até interessante o que a Ana falou, porque recentemente tive a honra de receber uma comitiva de Parlamentares da Etiópia. É extraordinário — a gente já sabia um pouco do assunto — entender aquele país da África, a sua história, a sua riqueza cultural e intelectual. Tanta gente acha que a África não produz! A gente observa que, realmente, falta esse conhecimento que você citou, Ana. O Israel também falou da riqueza da África. Muito dessa riqueza veio para o nosso país e a gente precisa valorizar isso.

Então, faço o convite a todas e a todos. No dia 25, às 15h, neste plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, faremos esta sessão solene em homenagem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	25

ao Dia da África. Ao sairmos do auditório, a nossa equipe entregará um CD que conta um pouco da história da África.

Seguindo nas nossas falas, vou passar a palavra, agora, para a Coordenadora da Secretaria para Assuntos de Raça e Sexualidade – SINPRO/DF, ou melhor, para a Secretária para Assuntos de Raça e Sexualidade, Viviane Vinagreiro.

SRA. VIVIANE VINAGREIRO DE AQUINO FARKAS – Boa tarde. Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Cláudio Abrantes, a Mesa, todo o Plenário desta Casa, porque em muitos momentos, em muitos espaços, a gente se encontra. Então, acho que há essa legitimidade, porque a gente está aqui trocando informações, na verdade.

Eu gostaria de elencar também a representatividade deste debate. Acho que, quando estão aqui colocadas as pessoas que estão sendo representadas e os espaços que foram cavados pelo movimento social, isso diz muita coisa. Hoje, estamos aqui falando, mas esse espaço foi cavado pelo movimento social. Acho que é importante elencar isso. Como foi dito aqui, o avanço que hoje há no STF também é fruto do movimento social, principalmente o avanço no Distrito Federal, em ter a Seppir, esse trabalho que vem sendo feito em cada espaço.

Acho que as pessoas estão aqui não só para ouvir, mas também para cobrar. E, aí, como é que vocês estão nesse espaço, que é tão caro para o movimento, que é tão caro para que se combata, mesmo, o racismo? Então, acho que é mais um viés, que é importante esse termômetro da questão da cobrança. Hoje especificamente, dia 17, é um dia muito importante, em que a gente também combate a questão da homofobia, da lesbofobia, da transfobia. O racismo tem cara. É uma cara negra, é uma cara feminina. Quando se fala de uma mulher lésbica ou de um negro gay, esse racismo, essa discriminação vai acontecer de outra forma.

Então, acho que é importante a gente estar aqui, mencionando essa data tão importante. Como estou dizendo aqui, passamos no Sindicato por um processo muito complicado, que foram os cinquenta dias de greve. E a gente também estava em um processo de empoderamento dos professores. A gente está trazendo a questão da luta. Esta Casa acompanhou o processo e nos ajudou a resolver essas questões, mas na Secretaria de Educação, e aí na pessoa da Ana Marques, muitas vezes, a gente dialogou, principalmente no ano passado, para buscar uma alternativa a fim de que, realmente, a lei se aplicasse efetivamente no dia a dia dos professores.

Então, existe essa coordenação do Sindicato dos Professores, preocupada em dialogar com todos os setores, e não somente na Secretaria de Educação, nos fóruns, na Seppir, no MEC, ou seja, em todos os espaços e nesta Casa também. Para quê? Para que a lei realmente seja aplicada no dia a dia, a fim de que, futuramente, não precisemos mais dela, não precisemos mais das cotas, pois hoje nós a entendemos como um instrumento importante desse processo. É necessário. Nós ainda precisamos dela.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	26

Acreditamos no fortalecimento do espaço da coordenação pedagógica do professor, do curso de formação, cada dia mais, mostrando a forma da cobrança e a utilização desses espaços, para que as ações cheguem na ponta, mesmo. Acho que esse é o nosso papel. O Sindicato dos Professores vem tentando fazer essa articulação, algumas pessoas aqui também já deram cursos dentro do Sinpro e sabem do que estamos falando.

No ano passado, tivemos o ciclo de debates. Foi levado o debate para dentro das escolas, no horário de coordenação, para que o professor, desde o da zona rural, bastava fazer o agendamento para tentarmos realizar esse debate. Este ano, continuamos com o ciclo de debates, pois vimos que é uma experiência muito rica e de ponta.

Um curso é importante, mas quando o descentralizamos e o oferecemos na própria escola, ele proporciona outra ótica. Então, começamos com um curso que fazia todo um diálogo com o professor, na questão da leitura do livro didático, principalmente o livro infantil. Como foi dito aqui, na infância, às vezes, reproduzimos sem perceber e, em outras vezes, percebemos e queremos reproduzir. É importante dizer isso. Ao levarmos esse ciclo de debates, tivemos uma experiência muito interessante. Começamos com o debate na parte histórica e terminamos com a oficina de bonecos. Continuamos este ano também, pois essa é uma forma de levarmos isso adiante.

Aqui foi dito também, pelo Antônio, que essa é uma ação que precisamos fortificar, é uma ação coordenada. Hoje, percebemos que, às vezes, temos ações isoladas importantes, caras e difíceis de seguir. A coordenação – hoje, a Seppir –, o próprio Deputado hoje, chamando, tem essa ação de coordenar, ou seja, de mapear, para saber em qual escola está acontecendo a lei, como também mapear a questão no DF, para vermos onde realmente é necessária uma ação mais intensa, em qual cidade do Distrito Federal, por exemplo.

No ano passado, sentimos esse papel da Seppir, que estava tentando agregar, e acho que neste ano deve haver também uma ação prevista no sentido de coordenar as nossas ações, para que possamos dar visibilidade, como também atuar de forma mais efetiva.

Acho que a minha fala é mais no sentido do empoderamento desse tema, pois, para nos empoderarmos, precisamos ter a formação não só do professor, como também da sociedade.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Sra. Viviane.

Concedo a palavra à Diretora Pedagógica do Sindmec, Sra. Eloisa Cunha.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	27

SRA. ELOISA CUNHA – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado Cláudio Abrantes; a Sra. Verônica, colega de trabalho de outros momentos – somos também da área de teatro.

(Intervenção fora do Microfone.)

SRA. ELOISA CUNHA – Da época da UnB. Foi ontem, eu acho. Eu fui.

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. ELOISA CUNHA – Eu também acho. Hoje estamos à frente do Sindicato, que é novo. É o Sindmec. O Sindmec é um sindicato interestadual das mantenedoras de escolas e cooperativadas da RIDE, que é a Região Interestadual de Desenvolvimento Econômico, criada recentemente pela Presidente Dilma.

Nesta oportunidade, nós, também excluídas, pequenas e médias escolas dentro de uma composição do Sinep, que é um sindicato que nos representa, um sindicato patronal, nesse discurso e nessa questão, vamos também falar dos excluídos. Não há como não falar dos excluídos neste País, se não tocarmos na questão social deste país.

Eu queria dizer o seguinte: falar de história é ver o tempo de agora. Mas, claro, temos que aprender com o passado. Mas que tempo é esse? Que tempo é esse de agora? Afinal, quem é o estudante de hoje, e afinal, quem é o professor de hoje?

Muito já se falou, todo mundo já falou sobre a questão dos valores arraigados, dos valores que estão dentro de cada um de nós. Nesses valores, ao nos relacionarmos, ao interagirmos dentro da sala de aula, quanto a gente repassa e modifica, também atrapalha de alguma maneira a formação dessa criança. Algumas coisas temos que levar em consideração. A lei fala sobre a obrigatoriedade no ensino fundamental e ensino médio. Porém, quem são esses professores? Quem são? Onde eles se formam? Nós, donos de escola, contratamos esse profissional e precisamos dele. Qual a formação desse profissional?

Então, eu sugiro que uma das formas que podemos continuar debatendo é incluirmos que essa obrigatoriedade seja feita nos cursos de formação nas faculdades. Se temos que mexer na ponta, se temos que mexer com a criança que traz arraigado o preconceito e o racismo, se não trabalharmos a formação desse professor lá nas faculdades, nós vamos nadar, nadar e morrer na praia. De fato, nas ações e nos planos pedagógicos, estruturais e administrativos dentro da escola – estou falando aqui num contexto particular, mas acredito que também no contexto da gestão pública –, não existe nenhum diretor de escola que, ao lidar com a sua equipe de trabalho, não passe pelas questões das verdades dele. Portanto, temos que mexer também nas verdades desse gestor, e para mexer nas verdades desse gestor, temos que falar da formação dessa pessoa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	28

Eu não vou me alongar, porque aqui eu aprendi muito mais do que tenho a dizer, mas a minha sugestão prática é que criemos mecanismos, Deputado, que obriguem as faculdades a incluir em suas disciplinas, no contexto da formação desse professor, uma disciplina que seja exatamente a didática para o ensino da história e cultura afro-brasileira.

Quero finalizar dizendo que há muito e muito tempo, quando os negros foram trazidos para cá, eles não tinham, naturalmente, direito a quase nada. Acho que, talvez, o pior direito que foi cerceado foi o direito a sua religiosidade, o direito de se manifestar. Porque religião é nada mais do que: "gente, eu existo, eu penso assim". Quando nos manifestamos na nossa religiosidade, na nossa espiritualidade, estamos, de fato, demonstrando quem somos nós, como somos, como fomos criados, todos os valores que estão por trás disso.

Os negros – nós temos essa referência –, para se manifestarem, tinham que esconder o seu santo, a sua imagem, encobri-la em terra e acima colocar o santo. Daí nasce o sincretismo religioso. Isso tem todo um valor, tem toda uma leitura, que é uma leitura, claro, talvez psicológica. O nosso racismo, como você disse, é escondido. Não demonstramos nunca que somos racistas porque, afinal de contas, é feio ser racista, não é? Nas nossas escolas, na minha, em especial, uma escola de educação infantil que vai até o quinto ano, nós vivenciamos isso.

Eu me recordo que há pouco tempo, infelizmente, há pouco tempo, em torno de trinta dias, eu tive um dos momentos mais difíceis da minha vida, quando tive que enfrentar claramente o racismo de uma criança de 5 anos contra outra criança de 10 anos. Naturalmente a de 10 anos era negra e a de 5 anos não era. Mas também não era branquinha nem tinha olhinho azul. A mãe dela também não era branquinha de olho azul, era negra. O pai dela era grande, tinha os olhos claros e era como nós, misturados. Essa criança com esse preconceito todo, ao tratar desse assunto específico com ela, a gente percebia que por trás daquele ato dela de chamar a amiguinha e dizer "eu não gosto de você porque você é negra" havia o sofrimento de uma criança que não se aceitava.

Eu volto a dizer: nesse processo da exclusão, muita coisa está ligada ao ideário de nós mesmos. Quem somos nós, quem é essa criança? É necessário fazer a discussão na educação infantil, no ensino básico, fundamental, médio e lá na ponta, que seria nas faculdades. Se eu pudesse mudar alguma coisa e se a Secretaria pudesse agir agindo – como a gente diz lá na escola –, que houvesse alguma forma de se fazer o dia 20 de novembro, que já está no calendário por lei. Que se obrigasse, que houvesse alguma forma de as escolas particulares e públicas terem necessariamente no seu plano pedagógico, no seu PPP, no seu plano de ação, uma ação mais estruturada, uma ação que envolvesse realmente. Que a escola ao longo do ano pudesse se preparar, fazer perpassar, ou seja, fazer caminhar isso dentro do seu projeto político pedagógico, para que realmente acontecesse uma semana de valorização da cultura afro-brasileira.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	29

Eu recordo, é uma escola pequena a minha, mas a gente, talvez pela formação, realizou isso há uns três anos, quando a minha escola ainda naquele momento não tinha alunos nem de 10 anos. Foi uma das coisas mais bonitinhas, dentro do momento de contação de estória, as crianças dizerem assim: "Tia, quer dizer então que quando o Brasil começou só tinha ladrão?" Isso foi uma coisa muito engraçada, porque era através da contação de estória que eles puderam pensar isso. Ninguém disse, ninguém falou.

Na sequência, na contação de estória, se dizia: "Meu amor, para que os negros viessem para cá, teve um rei. Esse rei precisava de gente muito forte, de gente muito inteligente para ajudar a construir esse País. E lá se foram eles para a África. Tinham um mapa e tudo mais. Sabe quem eles eram? Eles eram reis e princesas." Naquele momento, como forma de encenação teatral, buscava-se naturalmente os reis e as rainhas, de 5, 6 anos, negros, que existiam na escola. Ao final desse momento lúdico, o que aconteceu dentro da minha escola nessa semana, nessa ação específica, foi simplesmente que essas crianças negras puderam se sentir muito à vontade para representar personagens que elas quisessem, que não fossem somente personagens ditos negros. Naquele momento, elas se viram como rainhas e princesas, coisas tão comuns no ideário das crianças.

Muito obrigada por esse espaço, esse espaço dado ao Sindmec. Espero que eu possa ter contribuído em alguma coisa.

**PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES)** – Muito obrigado, Eloisa. Daqui a pouco passaremos a palavra para a assembleia, e quem usar a palavra poderá fazer perguntas para a Mesa, poderá fazer as suas colocações.

A Eloisa colocou uma questão sobre a obrigatoriedade nos cursos de licenciatura. Eu não sei se a Verônica comentará alguma coisa sobre isso. Eu quero aproveitar e fazer uma pergunta logo. De repente, o MEC, a Viviane pode me ajudar nisso. Existe alguma obrigatoriedade ou está no rol, na bibliografia dos concursos para professor, o conhecimento? Porque a Viviane colocou há pouco que um ENEM teve esse problema. Eu queria saber se para os concursos públicos, sobretudo aqui no Distrito Federal, tem alguma exigência de conhecimento da lei.

Concedo a palavra à Assessora de Políticas Afirmativas da Secretaria de Igualdade Racial – Seppir/Governo Federal, Sra. Verônica Maia.

**SRA. VERÔNICA MAIA** – Muito obrigada, Deputado. Boa noite a todas e a todos, aos colegas da Mesa. Eu tive essa sorte de falar por último, pude ouvir tudo e me congratulo com as coisas maravilhosas que já foram colocadas pela Mesa.

Também estou representando aqui a Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, a Seppir. Por problemas de agenda, a diretora e a própria ministra gostariam muito de participar, mas temos uma equipe pequena mesmo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	30

Bom, em relação à obrigatoriedade na formação, eu queria comentar que existe uma resolução do Conselho Nacional de Educação que amplia a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para, inclusive, os cursos de graduação, para todos os cursos de graduação. É de 2004 essa resolução – agora fiquei na dúvida se é número 3 ou número 1.

Além do parecer da Professora Petronilha, é muito importante que a gente conheça – acho que aqui nesta audiência todo mundo já conhece. Nós estamos aqui falando entre nós, de pessoas que dedicam a vida para isso. É muito importante que exista essa formação na graduação, porque não adianta a gente fazer tratados e tratados de Antropologia, se os engenheiros nunca vão lê-los – é a Resolução nº 01, de 2004 – e são eles que vão sentar nas principais cadeiras de direção, de espaço de poder, então é muito importante.

Eu não queria me alongar muito em pontos que já foram colocados. Então, essa resolução do Conselho Nacional de Educação tem força de lei, isso já é lei. Nossa conquista agora é fazer com que essa lei seja efetivada, fazer valer, assim como é esse desafio da Lei nº 10.639.

Eu gostaria de compartilhar com vocês uma manifestação da Ministra Luiza Bairros. Uma vez, a gente estava numa reunião e, diante de uma lamentação de pessoas que diziam: “Ah, mas a 10.639 não pega, ela não acontece”, a Ministra colocou uma coisa que achei, e concordo também, muito importante. Ela disse que existem milhares de professores se esforçando e trabalhando muito para mudar a realidade da escola, milhares!

A gente fez uma iniciativa, que era uma forma de ouvir mais a ponta, que foi o Selo de Educação para a Igualdade Racial, em que as secretarias e escolas se inscreviam para contar suas experiências e serem reconhecidas pela Presidência da República por meio da Seppir. Tivemos contato com 68 experiências do Brasil todo. Nós colocamos escolas e secretarias porque o CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) de São Paulo já tem um prêmio em que o professor pode se inscrever, e essa proporção se multiplica por 10. Se a gente recebeu 68 experiências, o CEERT recebeu quase 800 dos professores, e os professores, a maioria é de professores negros? Claro que sim, porque eles é que têm a maior propriedade para se colocar, são eles que sentiram durante toda a vida todos os efeitos perversos deste tema que estamos discutindo aqui: desigualdade e racismo.

Uma coisa que eu queria também compartilhar com vocês é o seguinte: tenho recebido as maiores provocações de toda a minha vida nessa função de trabalhar na Seppir, muito mais do que quando eu trabalhava com movimento estudantil, pelas Diretas Já; muito mais do que quando eu era artista, atriz, numa cidade onde o artista era mal visto, só se fosse na televisão ele teria respeitabilidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	31

Agora, trabalhar na Seppir com essa temática me coloca duas situações muito interessantes. Uma é que as pessoas muitas vezes falam assim: "você trabalha na Seppir, mas você é branca". Como o Deputado Chico Vigilante falou, como se a questão do racismo e da equidade, da democracia racial, fosse uma questão para negros ou para etnias indígenas, e sabemos que não é. Nós precisamos educar os brancos, porque são os brancos que foram educados com uma visão racista que precisamos transformar. Essa população que é o nosso outro lado.

Há um trabalho muito forte, como colocou a Ana Marques, dos efeitos nocivos na psicologia do indivíduo negro pela discriminação e exclusão. Ele precisa aprender desde cedo que ele pode, que ele é capaz, que ele é belo, que ele é tão merecedor de oportunidades como qualquer outro ser humano. Existe também aquele outro lado do trabalho, que é ensinar a desconstruir essa visão de nação construída durante todos esses anos no Brasil, essa visão de educação, essa visão de mérito e de oportunidades.

O momento do STF foi um momento crucial para a sociedade brasileira e para a história do Brasil. Aquele foi um momento de muita importância, porque se não tivesse havido a votação favorável, a gente estaria colocando em risco um trabalho muito grande dos movimentos sociais, do movimento negro, que culminam em um novo patamar que temos agora pela frente.

Por que estou dizendo isso? Cheguei de férias hoje, estou toda feliz, voltei cheia de energia. Eu estava no Peru e entrei em contato com um indígena, guia turístico, mas um escritor, uma pessoa com uma formação superior maravilhosa, e ele me disse que o filho dele de 12 anos, na escola, foi visitar ruínas incas – eles são descendentes dos incas no Peru – e o professor disse para ele assim: "Em 1536 os incas perderam aqui, nesse lugar, uma batalha para os espanhóis e desde então nós temos uma língua, uma religião e uma sociedade; agora vocês podem jogar bola. Então está bom, vocês já viram aqui as ruínas de Sacsayhuaman, podem ir jogar bola."

Eu quero contar essa história chocante, porque no Brasil isso não acontece mais. Se acontecer isso, o professor pode ser acusado de racismo. Já temos uma legislação que pode respaldar uma ação da sociedade contra esse tipo de atitude. E isso é um avanço que a gente precisa reconhecer, assim como a gente precisa reconhecer o trabalho desses milhares de professores que estão individualmente e, às vezes, heroicamente e solitariamente atuando para modificar a realidade da escola.

Mas claro que precisamos institucionalizar essa mudança. Precisamos que as secretarias estaduais e as secretarias municipais assumam essa responsabilidade, não podemos colocar essa responsabilidade só no professor. Para isso, como o Toninho falou, deve haver um conjunto de fatores: a ação dos professores, mais a ação dos diretores escolares, mais a ação dos secretários de educação, mais a ação das famílias. É fundamental para que tudo isso somado combata o racismo, e para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

isso ações afirmativas são fundamentais. É muito importante que a gente tenha médicos negros, advogados negros, apresentadores de televisão negros, juízes negros, presidentes negros, dentistas negros, todas as autoridades, porque a gente precisa desconstruir a associação mal-intencionada que foi feita durante anos de que o negro é associado ao trabalho não intelectualizado, ao trabalho braçal, ao trabalho emocional. Ele é bom para futebol, ele é bom para música, ele é bom para fazer força; mas ele não é bom para fazer filosofia, não é bom para pensar, não é bom para engenharia, não é bom para medicina. É isso que a gente precisa desconstruir, e não é na teoria nem no discurso. Só iremos desconstruir quando, na prática, encontramos uma autoridade nacional, estadual, ou seja, pessoas de alta qualificação, ocupando esses postos mais altos.

Por isso, a ação do STF é fundamental. As cotas nas universidades já estavam e estão caminhando para as cotas sociais, muito mais do que cotas raciais. Isso é importantíssimo. Podem dizer que não iremos resolver o problema do passado. Não, não vamos. Águas passadas não movem moinhos, mas estamos trabalhando para o futuro. Se há cotas nas universidades, teremos negros indo para os mais altos níveis de escolaridades e, assim, amanhã eles terão oportunidades de também estar sentando nas cadeiras que detêm o poder. É isso que irá fazer a transformação. Quando uma criança olhar o pediatra dela e vir desde pequenininha que é uma pessoa negra; depois, quando ela for para a escola, vir que o diretor da escola é uma pessoa negra; quando for casar, o juiz será uma pessoa negra. Por aí vai! E casa com um negro. E os filhos serão negros e ninguém vai precisar fazer chapinha para alisar o cabelo, porque o cabelo é lindo do jeito que ele é. Essa é a desconstrução. Esta é a palavra: desconstrução. É isso que a Lei 10.639 deve fazer.

Desconstruir é derrubar e quebrar todos os mitos. O mito da democracia racial é uma meta. Democracia não é mais mito: é meta. Agora temos de trabalhar para atingir essa meta, mas é muito importante que digamos que cada um tem de fazer a diferença onde estiver.

Existe uma força que combate muito a afirmação da pessoa negra, no campo da religiosidade, que são as religiões pentecostais e evangélicas. Mas há uma enorme população negra de pessoas dessas religiões. Em relação ao Distrito Federal e à Câmara Legislativa, acho que a proposta deve ser abrir diálogo, promover encontros para que se entenda o que significa a educação da cultura e da história afro-brasileira e africana, que não tem nada a ver com as concepções individuais e pessoais sobre religiosidade ou qualquer coisa.

Quem quiser ser racista, isso faz parte da subjetividade. Nós não podemos fazer nada. Só lamento, mas a pessoa não pode mais demonstrar o seu racismo, não pode mais atuar de uma forma racista ou discriminatória. Isso aí não pode mais. Se quiser ser racista, infelizmente é uma opção, mas agir com discriminação não pode, porque temos de construir a equidade. Como as manifestações dos ministros do STF foram muito eloquentes, são oportunidades iguais. Temos de ter a largada, temos de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	33

sair do mesmo lugar para poder chegar ao mesmo lugar. Saindo de lugares diferentes, não poderemos chegar em condições iguais em relação à educação, à aquisição de bens materiais, à percepção de melhores salários para, com isso, ter mais condições de desenvolvimento humano.

Adorei quando a Ana trouxe aqui a frase da pessoa que considero o maior estadista do século XX, Nelson Mandela: ninguém nasce odiando. Isso é uma coisa que foi ensinada. Eu respeito muito quando as pessoas me perguntam: "Mas por que política de ação afirmativa? Por que você é branca e está mexendo com esse tema? Por que precisa, se não tem racismo no Brasil?". Essas perguntas não são irrelevantes. Temos de respeitar muito quem pergunta, porque essa pessoa que faz esse tipo de pergunta está ignorando as razões. Então precisamos explicar para ela por que isso é preciso.

Como foi muito bem colocado pelo Deputado Prof. Israel Batista e pelas pessoas que já se manifestaram aqui, são questões históricas. Estamos fazendo, sim, reparação, porque no dia 13 de maio de 1888, a política pública não logrou abolir mesmo a condição de inferioridade da pessoa negra, nem durante todos esses anos subsequentes dos séculos XIX e XX. O que precisamos fazer daqui para frente são políticas afirmativas para que venhamos reparar, sim, erros da política pública nacional.

Sabemos que no Senado do império se discutiu o branqueamento da população brasileira. Isso era uma tentativa objetiva, uma política pública para acabar com a população negra. A miscigenação, o mito da democracia racial e toda a política de estímulo à imigração da mão de obra europeia não foram coisas à toa. Não é uma coincidência. É uma política sistemática dirigida. Agora não queremos mais isso.

Quando as pessoas no Brasil falam que não querem ser racistas — "nós não somos racistas" —, eu procuro ver uma coisa positiva nisso. Que bom! Ninguém no Brasil enche o peito de orgulho para dizer "eu sou racista". Pois então nãoせjamos mesmo racistas. Se o brasileiro não quer ser racista, ótimo. Então vamos trabalhar para que o brasileiro não seja racista. É um trabalho. Muita coisa já foi feita, mas ainda é preciso fazer muito mais, porque as estatísticas não demonstram que o brasileiro não é racista, que a nossa sociedade não é racista. As estatísticas falam por si, não precisa haver nenhuma interpretação. Olhar o nível de escolaridade, olhar a mortalidade, olhar a qualidade do atendimento médico nos postos de saúde, tudo isso demonstra um prejuízo da população negra. Então, se a população negra tem vivido todos esses anos um prejuízo, nós temos que trabalhar agora para que consigamos a equidade, a igualdade.

As leis não faltam. Nós já temos leis suficientes, inclusive essa que fala que toda graduação deve ter educação sobre a cultura e a história afro-brasileira e africana. A gente precisa realmente da comunicação. Como o Deputado Cláudio Abrantes falou, essa é uma questão importantíssima, porque o brasileiro dedica



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	34

muito tempo aos meios de comunicação. Eu acho que aqui, no DF, já vi experiências muito boas, como o CG do Gama que a Deputada Arlete Sampaio citou, mas também vi outras experiências de pessoas que diziam assim: "Não, a gente não tem informação, a gente não tem livro, a gente não tem material, a gente não tem curso". "Ah, pois é. Mas, às vezes, olha, na internet tem e tal". Aí, quando você vai ao cafezinho, a mesma pessoa vira para você e fala assim: "Ah, mas você viu o Gianecchini? Está com essa doença, nesse hospital. Ele se separou dessa pessoa, está namorando com aquela". Ela sabia da vida inteira do artista da televisão. Mas de onde essa senhora pegou essa informação? Ganhou um livro do MEC? Não. Não é? Quer dizer, quando interessa, elas descobrem detalhes sofisticados sobre coisas que não vão mudar a vida de ninguém.

A televisão é a cara do Brasil. A gente passa muito tempo vendo televisão. Agora, se eu ligasse a televisão domingo à tarde, no programa do Faustão, e todos fossem negros, houvesse só uma dançarina branca lá, para não dizer que todo mundo era negro, o que será que isso ia causar no Brasil? Já pensou o rebuligo que ia ser ligar a televisão no canal 10 e todo mundo ser negro no programa, mas com uma dançarinazinha loura no meio?

E o Brasil, como é que se coloca diante disso? Essa que é a realidade. Nós estamos lá na escola, tentando. Eu fico brincando quando alguém diz: "Ah, mas o MEC tem que fiscalizar". Eu falo assim: "Gente, o MEC não manda em nada. A educação infantil é do município, a educação do ensino médio é do estado, e as universidades têm autonomia universitária". Ninguém manda em nada aqui. Nós é que temos que fazer, cada um, diferença onde estamos.

Outra coisa também — a juventude: "Ah, mas a gente não tem mais uma bandeira. Quando vocês eram jovens, era a ditadura, tinham que derrubar a ditadura. Depois, as Diretas já. Agora não tem mais bandeira". A equidade é uma grande bandeira. A gente precisa transmitir, nos meios de comunicação e em todas as manifestações onde a gente pode ser formador de opinião, que esta é a bandeira do Brasil: é a equidade, é a gente poder lutar por aquilo que a gente ainda não tem. Essa é uma tarefa da juventude. Os mais antigos estão passando o bastão para eles. A gente tem que preparar essa juventude desde a educação infantil, para que ela já seja uma juventude livre de racismo.

Outra coisa que é importante também são as estatísticas. O MEC fez uma pesquisa que demonstrou que é só abrir uma portinha da desigualdade. Se você é tolerante com uma manifestação de preconceito, todas as outras entram mais facilmente: preconceito racial, preconceito de região — se você mora longe ou perto da escola —, preconceito se você é nordestino ou se você é carioca, preconceito sobre identidade sexual, preconceito de gênero. É preciso ser intolerante com toda forma de discriminação, porque a tolerância a uma só delas faz com que todas as outras vicejem no ambiente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	35

Então, realmente a Lei nº 10.639 não é uma matéria. Ela é a transformação do ambiente escolar. Se o professor de matemática vai ensinar percentual, ele pode muito bem pegar o percentual de desigualdade entre negros e brancos e ensinar não só a matemática, como também uma nova visão de mundo, de Brasil, de nação brasileira. Em todas as matérias é assim. Não dá para ter só uma aulinha na sala de aula, e no pátio, na hora do recreio, as pessoas serem intolerantes umas com as outras, discriminarem umas às outras ou criarem padrões em que um vai se enquadrar e o outro não vai se enquadrar.

A questão do projeto político-pedagógico e outras questões que foram colocadas aqui estão todas previstas num material maravilhoso, que é o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para implementação da Lei nº 10.639. Esse plano foi elaborado pelo MEC e pela Seppir em 2009 e prevê ações para todos os atores da comunidade escolar até 2015, ações que ainda estão por fazer. Há tarefas para os conselhos escolares, para as secretarias de educação, para as escolas, para a Seppir, para o MEC, e a gente precisa trabalhar para a difusão desse plano. Entre as ações previstas lá, está a construção do projeto político-pedagógico da escola. Isso aí é um instrumento muito importante.

No caso do Distrito Federal, seria de grande valia que esse plano pudesse ser do conhecimento de todas as escolas. Em cada conferência nacional de que a gente participa, em cada escola a que a gente vai ou reunião de fóruns de relações étnico-raciais, é unânime: todos querem um exemplar desse plano, que é um livrinho. Está disponível na internet, mas o acesso à internet não é tão simples quanto a gente pensa. Às vezes a pessoa não tem banda larga; se tem banda larga, não tem impressora; se tem impressora, não tem tinta; se tem tinta, não tem papel; e fica com essa dificuldade de imprimir. Então também seria uma grande colaboração da Câmara Legislativa para a educação no Distrito Federal se ajudasse que todas as escolas possuíssem um plano desses.

A Viviane estava me falando que o MEC agora vai imprimir duzentos mil. Duzentos mil não duram uma conferência nacional. As pessoas dizem: "Quero cinco". "Não, leva só um." "Mas eu preciso para isso e aquilo." "Então, leva." Em cinco dias de conferência, os duzentos mil já foram. E não tem produção que chegue, não é, Viviane?

Eu queria colocar também para todos vocês que são militantes, que sempre vejo nos eventos, são pessoas que estão trabalhando, que quero parabenizá-los, porque o trabalho tem resultado, nós estamos avançando.

Também quero me colocar à disposição para quando for necessário. Se vocês desejarem chamar a Seppir para qualquer outro evento, a gente sempre se esforça ao máximo para participar, porque é muito importante, ainda que essa não seja a função específica da Seppir. Como uma secretaria da Presidência da República, ela trabalha incentivando, induzindo a criação de políticas públicas nos outros ministérios, que são os ministérios que vão realizar finalisticamente as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

políticas. Mas a gente sabe que é preciso se desdobrar quantas vezes for necessário para poder sempre responder e estar presente a essas gratas situações como a da Câmara Legislativa, de iniciativa do Deputado.

Então é isso. Muito obrigada por essa oportunidade. Parabenizo todos vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Verônica. Agradecemos muito sua fala, suas orientações.

Agora vamos abrir a palavra para os inscritos. Demos todo o tempo para a Mesa por questões técnicas, um debate de pessoas que militam — não que quem está aí não milite. Temos nove inscritos e queremos dar a palavra para todo mundo, a Câmara é democrática, mas, pelo adiantado da hora, vamos pedir para observar o tempo, inclusive porque é possível que haja perguntas para as nossas especialistas, para a Mesa, e ainda vamos voltar a palavra para respostas. Então, para podermos ter essa democracia, vamos pedir que as pessoas observem o tempo regimental de três minutos. Se o som for cortado, é o mecanismo. Não pensem que é o Deputado que está cortando a fala de ninguém. Se for preciso mais um tempinho, nós abrimos, não vamos ser tão rigorosos, mas devemos ter esse cuidado.

De início, vou passar a palavra; se houver alguma pergunta, dirijam-na diretamente ao membro da Mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Tiago Baldez, Professor e Coordenador da Gerência de Educação Física e Escolar da Secretaria de Educação do Distrito Federal. (Pausa.) Ele já foi embora.

Concedo a palavra à Sra. Renata Parreira.

SRA. RENATA PARREIRA – Boa noite a todas e a todos, eu queria cumprimentar os presentes à Mesa na figura do Deputado Cláudio Abrantes, e parabenizá-lo pela iniciativa.

Em algumas falas eu fui contemplada, mas eu queria enfatizar a importância de se entender que a questão da Lei nº 10.639 não é só uma questão das escolas, não é só uma questão da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Entendo que esse tema tem que ser tratado em todas as instituições. Porque nós falamos muito aqui de um racismo individual, mas existe um racismo institucional que opera nas estruturas do sistema que existe e impede que determinados grupos étnicos – no caso aqui, estamos discutindo sobre a população negra – acesse bens e serviços como a saúde. A gente sabe que – isso está comprovado nos relatórios de desigualdades – até anestesia é menos utilizada para mulheres negras do que mulheres brancas.

Há outras questões que precisam ser trabalhadas: os jovens negros que estão morrendo. Por quê? Porque o trato policial não é o mesmo para os jovens brancos e para os jovens negros. Entendo que não é só a educação que vai conseguir fazer essa transformação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	37

Aqui foi apresentada a questão midiática, a representação do negro na mídia: precisamos entender que essa força está todos os dias dentro das casas dos brasileiros, influenciando negativamente ou positivamente. Atualmente existe essa controvérsia, essa polêmica em relação ao clipe do artista Alexandre Pires. Quem está acompanhando está vendo a forma como a mídia está tratando. Acredito que a escola é um espaço muito importante, porque, de fato, nela a gente troca saberes, fazeres, compartilha conhecimentos – acho fundamental. Mas também acredito que em outras instituições é importante fazer essa discussão.

Abdias Nascimento, em 1983, apresentou o Projeto de Lei nº 1.332, em que já fazia reivindicações em relação a ações compensatórias em todas as áreas: educação, saúde, segurança e mercado de trabalho – que é super importante. São importantes as políticas públicas: nós precisamos desta Casa aqui conosco nessa reflexão.

Eu olho para a quantidade de pessoas que estão aqui presentes e fico feliz por elas estarem aqui até este momento, em um processo de resistência, mas, ao mesmo tempo, também, eu gostaria de ver esta Casa cheia. Acredito que esses momentos, esses debates precisam ser difundidos mais e mais.

Gostaria de agradecer as falas que foram muito produtivas: Viviane, Ana, Verônica, Eloisa e Toninho. A gente já vem compartilhando outros espaços. Penso que a questão do racismo, também, é uma questão de lugar social. Temos que refletir, discutir, sensibilizar. É um processo que não é feito da noite para o dia, e concordo com a Verônica: há muitos professores que estão fazendo um trabalho de dignidade. Existem muitas gerências de regional de ensino que estão fazendo esse trabalho com muita dignidade e muito respeito.

Há pouco tempo, tivemos uma atividade promovida pelas professoras que aqui estão, que são coordenadoras intermediárias da pasta Cidadania e Direitos Humanos. Elas são da Gerência Regional de Educação Básica do Plano Piloto e conseguiram, em uma parceria com a Fundação Cultural Palmares, trazer a Professora Petronilha, e também a Professora Renísia, da UnB. Essa interlocução entre academia, sociedade, escola, vem sendo feita, mas é claro que a gente precisa realmente redimensionar, aumentar essa discussão.

Eu agradeço.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Renata.

Eu vou pedir às pessoas, dentro um pouco do que a Renata falou, sobre a gente divulgar, esta comissão geral está sendo gravada e será colocada no nosso site. Então, para o nosso cinegrafista ter mais tranquilidade, para facilitar o trabalho dele, até para a pessoa ser vista durante sua fala, a gente vai pedir que usem a tribuna. Depois, nós vamos disponibilizar esse material também. Aqueles que estiverem interessados, podem procurar o Gabinete 4, que fazemos um CD e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	38

entregamos esta comissão geral na sua plenitude, inteira, para que as pessoas possam levá-la como material dessa discussão.

Passo a palavra ao José Norberto Calixto, Coordenador Intermediário de Direitos Humanos e Diversidade da Gerência Regional de Educação de Samambaia.

**SR. JOSÉ NORBERTO CALIXTO** – Boa noite. Cumprimento a Mesa na figura do Deputado Cláudio Abrantes.

Eu vejo com uma certa alegria e mais preocupação quando a gente, em uma discussão de uma temática como essa, ficamos falando para nós mesmos. E não percebemos as coisas avançar. Não percebemos que, verdadeiramente, as pessoas têm interesse de fazer que essa situação se modifique. Eu digo as pessoas, mas é o Estado mesmo. Eu acho que Brasília tem uma característica muito diferente. O que Brasília faz vai para o resto do País. Brasília não só tem uma formação, no seu quadro de professores, de excelência, mas tem um posicionamento político que irradia tudo que a gente faz aqui.

A Professora Eloisa questionou a questão de formação, quem são as pessoas para poder fazer essa discussão nas escolas. São as mesmas pessoas que fazem a discussão contrária, porque são professores. O professor de História, de Geografia, de Português, de Literatura, de Matemática. Essas pessoas, quando passam pela faculdade, não há necessidade de uma disciplina específica, basta que elas se atentem para o que fazem.

Eu sou professor de História e no meu currículo havia História da África. Em que pese eu não ter tido professor de História da África, eu fui ler, eu fui buscar. Nós não podemos dizer que em Brasília não exista profissional para trabalhar essas diversas disciplinas. Na EAP, e eu digo aqui na figura da Professora Ana Marques, nós temos uma média de trezentos professores da rede, formados, para essa finalidade, para esse fim, para ir para a escola para trabalhar a História da África e dos afrodescendentes. Inclusive, professores com formação dentro da UnB. A UnB constantemente tem cursos.

Há de haver um interesse de modificação para que isso venha a acontecer, porque senão a gente fica só na conversa. Como isso pode acontecer? A gente ficar constantemente falando das mazelas do povo negro ou das benfeitorias do povo negro não modifica isso, porque todos nós conhecemos. A sociedade brasileira conhece isso. Todo mundo sabe quem é branco e quem é negro dentro do Brasil. E ser negro dentro do Brasil ou ser branco dentro do Brasil é puramente ideológico. Não adianta a gente ficar tentando amarrar daqui ou dali porque é ideológico. Você se assume como negro ou como branco. Dentro da nossa família você tem amarelo, azul, lilás, rosa-shocking. É você quem tem que ter uma postura de assumir aquilo em que você acredita ou deixa de acreditar. Como você é construído, aí é outro critério. Mas nós temos, sim, pessoas para trabalhar; nós temos, sim, condições de fazer. Nós precisamos é que os mecanismos sejam efetivamente feitos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	39

Eu fico preocupado porque, num momento como esse, as pessoas que realmente deveriam ouvir, que deveriam estar aqui, chegam, passam e vão. "Opa, presente, tchau". Isso é preocupante, porque sabemos que tapa nas costas e apoio a gente recebe em todos os instantes, em todos os momentos. A gente precisa é de alguém que vá lá e faça. Fazer o quê? Nós precisamos é do nosso fazer pedagógico. Nós precisamos é do currículo. Passamos o ano todinho, sentados, reunidos, trabalhando um currículo escolar em que todas as séries, todas as etapas da educação incluíssem a História da África, História do povo brasileiro, do negro brasileiro, de uma forma lúdica, sem precisar trazer coisas mirabolantes de outro mundo para que isso seja feito.

Essas pessoas estão ociosas dentro daquilo para que se prepararam. É até forma de cobrança. Nós precisamos do currículo, porque se nós tivermos o currículo, se no início do ano o professor receber o currículo e, na semana pedagógica, ele trabalhar esse currículo, ele se perceberá obrigado a trabalhá-lo. Só que o currículo que nós temos na escola nem trata desse assunto. Não chega nem na escola particular nem na escola pública. Nós discutimos aqui, falamos, nos digladiamos e, quando sai ali, fica tudo por isso mesmo, a gente acaba não chegando a lugar nenhum. É o currículo. Precisamos do currículo.

Como forçar o professor a trabalhar essas questões? Simples. O professor, que também tem o seu filho na faculdade, com vistas de ele ingressar nas universidades federais, precisando trabalhar isso também, esse professor, esse cidadão, ele vai se sentir obrigado a fazê-lo a partir do momento em que ele perceber que será cobrado no vestibular. Se entrar questões no vestibular, como aconteceu com a UnB há dois, três anos, foram cobradas no vestibular da UnB questões de cunho negro. Foi perguntado sobre a África, sobre o continente africano, o que é continente africano, como se forma o continente africano. Perguntas intelectualizadas. Obrigatoriamente, as escolas particulares vão se ver obrigadas a trabalhar a questão. A escola pública vai se ver obrigada a trabalhar a questão e nós vamos resolver o problema. Quer dizer, está fácil.

Nós sabemos qual é a doença. Sabemos a causa da doença, o agravamento dessa doença. E nós temos o remédio para curar essa doença, só precisamos dar esse remédio. O remédio está pronto, está aí. Nós precisamos é que esse remédio chegue às pessoas a quem interessa. O que precisa ser feito é isso.

Com relação à Professora Petronilha, que é uma das nossas mentoras, é interessante percebermos qual é o projeto de sociedade que temos. Nós temos diversos projetos de sociedade desde o período colonial. Eles já sabiam o que queriam quando foram buscar o povo negro, quando foram sequestrar o povo negro, quando tentaram escravizar o povo indígena. Eles sabiam qual era o projeto de sociedade que queriam. E esse projeto de sociedade não morreu.

Aqui foi falado muito da questão da vitória das cotas, mas não se diz que quem entrou com essa ADI foram o Democratas e o PSDB. A gente tem que botar a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	40

boca no mundo. Não dá para a gente ficar velando as coisas. Eles têm projeto, sim. O projeto deles o que é? É o projeto racista. É um projeto preconceituoso, separatista. Quando eles vão para lá discutir, brigar contra a questão de cotas, inclusive pegam pessoas de notoriedade, pessoas negras que, de repente, não têm a consciência – como eu disse, é ideológico você ser negro ou não, não é tonalidade da pele, não é a textura do cabelo, é ideológico –, então, essas pessoas vão fazer o discurso que lhes interessa, até porque onde entra grana a coisa se modifica.

É preocupante quando a gente ganha uma ação, como ganhamos a do Supremo em relação às cotas, e a gente não vê a divulgação desse ganho para o povo negro como deveria ter sido feito. A mídia coloca uma notinha e morre o assunto ali, esperando que aquilo novamente vá para dentro de uma gaveta, como a Lei nº 10.639. Precisamos instigar a todo instante, dar choque a todo momento, para que as pessoas: “opa, opa, tem que fazer isso, tem que fazer isso”.

Daqui a um ano, um ano e pouco, o Estado brasileiro deixa de cumprir a Constituição. Ele deixa de cumprir a Constituição. E aí, o que vamos fazer? Acho que a Câmara e o Ministério da Educação têm uma função ímpar nisso. A Câmara pode entrar com uma ação de improbidade contra o Estado, obrigando o Estado em um determinado tempo a fazer o que ele tem que fazer: cumprir a Constituição brasileira, ou seja, provocar a implementação da lei. Implementar não é fazer uma festinha no dia 20 de novembro ou no mês de novembro para todo mundo “opa, é capoeira, samba” e ficar feliz. Isso não é implementação da história da África.

A história do meu povo é uma história muito mais rica do que a história do povo brasileiro. Nós somos 60% da população brasileira, consciente ou inconsciente. Se daqui a dez anos, desses 60% não se formarem técnicos suficientes para ocupar os postos de trabalho, o País quebra, o País para. Onde está a mão de obra ociosa? Onde está a falta de formação? Onde está o povo pobre? Onde está a miséria do País?

Eu estava falando com a Graça outro dia sobre as empregadas domésticas. Os plenários das câmaras legislativas foram a reboque à OIT pegar a resolução para dar direito à empregada doméstica. Quase não existe mais empregada doméstica no Brasil! Elas resolveram o problema delas. Elas descobriram que tinham que dar a volta por cima e não podiam ficar esperando pelo Estado, nem pela benesse de ninguém. Hoje em dia, para você conseguir uma empregada doméstica, você tem que fazer isso ou, então, você vai pagar o salário que você paga para o cara que trabalha do mesmo jeito no seu escritório, porque você tem que respeitá-la. Quem são as empregadas domésticas? Negras, em sua enorme maioria.

São essas ações que eu acho que nós temos que começar não a discutir, mas a colocar em prática. De discussão nós já estamos cheios. Nós discutimos isso há tanto tempo. Eu estou há 52 anos vendo essas discussões. São 52 anos de discussão e nenhum de prática efetiva naquilo que tem que ser feito, e o Estado tem elementos para isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	41

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Sr. Norberto.

Concedo a palavra ao Sr. Diretor de Cinema e TV, Diretor de Elenco do Seriado de Televisão "Já é!", da Dum Produção/BsB, Lowry Landi.

SR. LOWRY LANDI – Boa noite a todos e a todas. Alguns disseram aqui a todas e a todos.

Imaginem vocês, senhores, a gente ligar a televisão no Programa do Faustão — alguém falou por aqui — e tudo ficar negro. Todos os atores, todos os produtores, tudo exatamente preto, mas preto no preto, não preto no branco. Imaginem vocês que, de repente, a gente liga no canal mais populoso do País, o terceiro ou quarto do mundo, chamado Rede Globo de Televisão, e descobre que um seriado no horário nobre foi escrito pelo pessoal do candomblé, pessoal do terreiro. Imaginem que há um diretor negro nessa história toda. Imaginem que nesse seriado vai se falar sobre homossexualismo, entre homens e homens, e mulheres e mulheres; vai se falar sobre a discriminação racial; vai se falar sobre essa coisa toda, essa argamassa que foi posta aqui neste momento, com muito carinho, com muito orgulho, com muita técnica, e que, em um horário nobre de televisão, como em uma Rede Globo — deixando um pouquinho para a Record, SBT —, um segundo atinge exatamente 85 milhões de pessoas. Imaginem vocês que isso está sendo feito no nosso País e no mundo há muito tempo no sentido inverso.

Desde quando a televisão estreou no nosso País em 1950, pela antiga TV Tupi, na cidade de Santos, depois em São Paulo, depois no Rio de Janeiro, depois no País todo, isso é feito de forma diferenciada. Durante o período áureo da nossa digníssima ditadura militar, algumas televisões poderiam ser chamadas de Ministério das Comunicações porque elas ditavam leis, ditavam o nosso caminho, ensinavam como nós deveríamos respirar.

Eu lembro que nos anos 70, foi a primeira vez em que eu fui impedido de trabalhar. Nessa época, eu desenhava para um jornal chamado *Pasquim*. Meu nome é Landi como desenhista, e o meu chefe era um homem chamado Ziraldo Alves Pinto, o Ziraldo, autor de *O Menino Maluquinho*. Ele falou: "Olha, você está com 19 para 20 anos, você está muito maluquinho. Cuidado, que você vai ser preso." Não deu outra, bicho.

Caiu um cara dentro do reservatório da Coca-Cola e só ficaram os sapatos do lado de fora. A Coca-Cola é um produto que vem de fora, a maior multinacional do mundo durante muito tempo. Eu achei aquilo muito estranho e falei: "Vou desenhar isso!" Aí, desenhei um cara pedindo refrigerante: "Me dá um copinho do seu refrigerante?" O outro falava assim: "Só se tirar o esqueleto dessa garrafinha aí."



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	42

O meu erro foi ter desenhado a logomarca da Coca-Cola atrás. Foi quando eu comecei a ser preso. Daí para frente, uma coisa foi acontecendo atrás da outra. Passou-se muito tempo e um dia, pegando uma porção de papéis, eu descobri a história de um homem chamado Martin Luther King. E aquela frase: eu tenho um sonho, um sonho de juntar as pessoas, um sonho de fazer isso, fazer aquilo. E quando eu vim para Brasília, a minha intenção era realmente não só fazer teatro. Eu fiz teatro com a Eloisa Cunha. Não é, Eloisa? Direção de Tomás Coelho. Não era só isso, era mais do que isso. Também não era abraçar o mundo com as pernas, mas era levar um conhecimento geral para todas as pessoas.

E uma ação ordenada, unindo escola, governo, justiça e sistema de comunicação, precisava acontecer, mas por que em Brasília nenhum programa, nenhum seriado de televisão deu certo? Por que isso? Por que, quando você tenta fazer alguma coisa nesta cidade, tudo tem que vir do eixo Rio-São Paulo? Por que quando você quer falar da minoria — e minoria porque tem a pele um pouco mais escura, a minoria que pode ser um anão, a minoria de que se fala é um povo diferenciado, porque é estupidamente chamado de menos culto; a minoria ainda acha que o Egito fica na Ásia, não fica no nordeste da África? —, por que quando a gente fala dessas coisas, isso não pode vir a público?

No início deste ano, um grupo de pessoas de São Paulo, sediado por um amigo — adorei, um homem de candomblé, um homem de terreiro —, um homem que vai falar de uma série de coisas que machuca a nossa sociedade, mas faz com que a gente pense, esse homem me convidou assim: "Você pode ser diretor de elenco, mas usando técnicas diferenciadas, do povo de Brasília, para um seriado que falasse da condição do negro?" Imagine você que um grupo de negros vem de São Paulo, passa por Brasília, de Brasília vai para o Rio de Janeiro, do Rio de Janeiro vai para Salvador, e depois vai para Angola. É como se fosse aquela coisa chamada *Malhação*, da Rede Globo. Eu falei: "Eu topo!" E começamos a trabalhar.

Olhem só, há um detalhe: só se pode trabalhar na periferia. Porque esse seriado é de inclusão social e não vai se chamar *Já era!* — porque tudo aqui é "já era". É já era isso, já era aquilo. Esse vai ser o *Já é!* E esse seriado, gente, o *Já é!*, está sendo feito aqui em Brasília. Uma parte já foi feita em São Paulo e a segunda parte está sendo feita aqui em Brasília, com apoio das principais lideranças negras da mídia.

Agora, não é só o trabalho da escola, não é só da tribuna, não. É você ligar a televisão e todos eles vão ter que nos assistir. Assistir à consciência negra, assistir que nós temos alma, temos corpo, temos espírito. Nós também podemos lutar. Nós, como Martin Luther King, como Mahatma Gandhi. Todos nós temos um pouquinho do nosso pezinho na senzala, e terão que ser vistos agora na televisão.

A partir de junho deste ano, começamos a fazer um trabalho em que nunca mais a modelo de origem negra vai ter que raspar a cabeça para desfilar, como se faz aqui em Brasília — é obrigada. Nunca mais o nosso ator negro vai ter que fazer



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	43

só o papel da empregada doméstica, como acontece na *Avenida Brasil*, em que ela faz o papel da empregada doméstica bandida. Não vai ser somente aquele jogador que vai dar o passe, vai ser aquele que também vai fazer o gol.

O nosso trabalho está sendo apoiado por muitas pessoas, como Antônio Pitanga, Tony Tornado, Adriana Bombom, Elisa Lucinda, Joseane Vaz, Nando Cunha, Robson Caetano e agora o Deputado Romário. Enfim, uma pléiade de pessoas está envolvida nesse processo e nos ajudando inclusive a produzir esse trabalho, que tem de passar por Brasília mesmo, porque Brasília é a capital política, é o cérebro deste país.

O JÁ É!, que estamos advogando aqui e estamos ensaiando, no momento, na Casa de Cultura do Guará e no Parque da Cidade, está atualmente precisando de algumas coisas. Já temos a emenda do Deputado Wasny de Roure, que nos ajudou para caramba. Temos o apoio da Deputada Erika Kokay com a Petrobrás lá no Congresso Nacional. Na semana passada, eu estive aqui com uma atriz. Eu ouvi uma coisa interessante dita pelo Deputado Cláudio Abrantes. Esse é o cara!

Deputado, estamos aqui para trazer uma nova bandeira. Não é somente nas escolas, nos tribunais. Agora, é termos 85, 90 ou até 100 milhões de brasileiros ouvindo e aprendendo, pela televisão, com a consciência negra, o que é o negro. Daqui pra frente, a história vai mudar. O Luther King falou: eu tenho um sonho. Nós também temos. Agora, o sonho é prático.

Muita paz e luz para todos. (Palmas.)

**PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES)** – Tenho a honra de passar a palavra para uma grande amiga e cidadã honorária de Brasília, Maria das Graças Santos, essa figura linda, a quem peço que fale da tribuna, para que seja filmada.

**SRA. MARIA DAS GRAÇAS SANTOS** – Boa noite aos amigos e amigas.

Como diz o Professor Norberto, estamos aqui falando para nós mesmos, mas isso não me incomoda. As pessoas sabem que eu sou meio carrapato nessa questão de movimento negro, pois estou nessa questão direto.

Quero agradecer ao Deputado Cláudio Abrantes. Foi mais uma provocação. Vemos sua sensibilidade quanto a essa questão racial. A gente precisa de aliados cada vez mais. Nós acreditamos no encaminhamento dessa questão racial neste novo mandato da Câmara Legislativa.

Eu não gostaria de fazer perguntas, porque todas as falas me contemplaram nessa luta que está aí. Eu só gostaria de relembrar alguns fatos e colocar alguns questionamentos. Eu gosto muito de falar de história, das histórias, de como se chega a isso, senão termina parecendo que as coisas aconteceram por bondade. Nós vivemos em um país racista, violento. O racismo no Brasil não é bondoso, não é encoberto, é direto, é muito direto e atinge diretamente a todos nós, homens, mulheres, crianças, idosos, em todos os sentidos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	44

Então, disso daí, vem a nossa luta. A luta do negro no Brasil vem desde o início. Desde que os africanos foram escravizados, resistiu-se a esse processo racista no Brasil. Nesse processo da educação, trabalhamos com muito afinco, porque isso nos foi negado em todos os sentidos.

A Professora Renata lembrou aqui o grande Abdias Nascimento. Ele não vem de 83 fazendo essa reivindicação, não. Ele é da década de 30, da Frente Negra Brasileira, que já vinha trabalhando essa questão da educação e da história do africano no Brasil. Nós entendemos que, ao rever toda essa história, você vai trabalhar com a sociedade brasileira, não só com o negro, mas com a sociedade brasileira, que vai reconhecer essa sua história. Então, o Abdias Nascimento, quando chega ao parlamento, já coloca essa reivindicação. A gente tem estórias e estórias em cima disso. Eu também trouxe esse projeto de 83 para falar do grande fato que ele fez.

Em cima disso, a nossa luta continuou. Em 86, na Convenção do Negro e a Constituinte, aqui em Brasília, nós entregamos um documento aos constituintes. No item educação, a gente tinha essa reivindicação: “O processo educacional respeitará todos os aspectos da cultura brasileira. É obrigatória a inclusão nos currículos escolares de primeiro, segundo e terceiro graus do ensino da História da África e da história do negro no Brasil”. Esse é o resultado da Lei nº 10.639. A nossa grande Petronilha, quando se torna a primeira conselheira negra do Conselho Nacional da Educação, coloca essa demanda do movimento negro e, dentro da sua competência, ela elabora a Lei nº 10.639.

A importância disso não é só a elaboração da Lei nº 10.639, porque a Lei nº 10.639 é muito pequena. Ela faz uma alteração do art. 26-A, incluindo a obrigatoriedade dessa História. A importância da Petronilha no Conselho foi toda uma elaboração que houve depois, que foram as diretrizes e o plano nacional.

A Petronilha esteve outro dia aqui em Brasília e nos honrou muito. Foi um trabalho das duas professoras Neide Rafael e Edneia, dando-nos esse prazer. Ela fez uma observação a um questionamento, que era o seguinte: os professores hoje questionam a dificuldade da implementação da Lei nº 10.639 só porque não leem as diretrizes, porque formação, capacitação, material, não tem como se dizer que não há. Hoje já tem. Então, esse questionamento da Professora Petronilha, a gente precisa guardar.

Outra coisa dentro da discussão do plano foi colocado pelo grupo. Não estava só a Professora Petronilha. Havia vários militantes e professores negros, que batalharam. Eles falaram o seguinte: a Lei nº 10.639 pode ser considerada um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para se ver retratada com o mesmo valor dos outros povos que aqui vieram. É um ponto de partida para uma mudança social.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	45

Na política educacional, a implementação da Lei nº 10.639 significa ruptura profunda com o tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Para além do impacto positivo junto à população negra, essa lei deve ser encarada como desafio fundamental do conjunto das políticas que visam à melhoria da qualidade da educação brasileira para todas e todos. Esse é o objetivo.

Então, foi condensada toda essa luta, todo esse processo de luta, Deputado. Hoje o que verificamos é que já há pesquisas. A Professora Renísia, de Brasília, faz uma pesquisa maravilhosa em que ela identifica que há professores que estão totalmente envolvidos nesse processo, e para isso não têm preocupação, porque eles vão atrás do material. Há professores que vão fazer se tiverem incentivo, e há professores que não vão fazer, porque é projeto de sociedade que existe, não acreditam e acabou. Então, não vamos ficar na dependência da boa vontade das pessoas.

Por isso, nós também estamos trabalhando de acordo com as ações que o MEC fez nesse momento da elaboração do plano. Uma das ações era a criação dos fóruns de educação étnico-racial.

A diretora Viviane está aqui, é nova nesse processo, mas os fóruns foram criados em 2004. Em alguns anos, aconteceram 21 reuniões. No ano passado, nós tivemos uma reunião. Neste ano, nós não tivemos nenhuma reunião. Há um questionamento dos fóruns nacionais criticando, cobrando. Por quê? Nós acreditamos que os fóruns seriam um controle social. É um processo em que há um acompanhamento, monitoramento dessa implementação.

A gente estava questionando ali, porque estava sendo colocado pela Mesa, tanto da parte do MEC, quanto da Secretaria do DF, que o plano está sendo implementado. E a gente questionava se está sendo aplicado. É o nosso questionamento. Ele está sendo aplicado? Ser implementado é o quê? São várias ações, vários cursos, vários materiais. É isso que também estamos querendo.

Eu trago para o senhor também que, em cima dessa nossa luta, há o exemplo do estado de Sergipe e da cidade de São Carlos, que entraram com o Ministério Público fazendo uma ação em que se provocava o Ministério Público pelo não cumprimento dessa lei. E esses dois Ministérios Públicos fizeram um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, com as Secretarias de Educação, exigindo esse cumprimento. Nós colocamos aqui para o senhor dentro desta comissão geral a possibilidade de se trabalhar também com o Ministério Público.

A Professora Petronilha coloca que foi uma ação de São Carlos — a Universidade de São Carlos fez isso —, e também a gente deveria no DF iniciar esse processo de debate junto ao Ministério Público.

Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	46

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigada, Graça. Passe para a gente, que faremos a provocação ao Ministério Público pela Câmara Legislativa, para ver se o Ministério Público do Distrito Federal concordaria em fazer esse debate e essa ação. Um TAC seria interessante.

Concedo a palavra à Professora Márcia Severino, criadora do Projeto Quebrando a Cultura do Medo Brasil.

SRA. MÁRCIA SEVERINO – Boa noite a todos da Mesa e a todas e todos aqui presentes. Agradeço ao Deputado Cláudio Abrantes pelo convite.

Eu sou professora do município de Águas Lindas de Goiás. Eu gostaria que a Seppir do DF e a Seppir da Presidência se preocupassem também com os municípios do Entorno do DF. Estou neste momento representando o Entorno do DF.

O que fez com que eu criasse o Projeto Quebrando a Cultura do Medo? Foi porque um dia eu fui vítima de assédio moral no local de trabalho devido à raça. Foi um racismo, foi uma perseguição contínua com o intuito de causar danos físicos, morais e psicológicos. Tentaram me destruir, mas me deram mais força. E essa força foi a de quebrar a cultura do medo. Eu não tenho medo. Eu tenho condições. Eu tenho capacidade. Nós temos capacidade. Nós podemos. Luther King? Obama? Nós podemos, brasileiros!

Também o Cultura do Medo tinha o objetivo de combater a violência nas instituições de ensino. Quais as violências que nós citamos? *Bullying*, assédio moral, preconceito e discriminação contra quem quer que seja. É na LDB, Lei nº 10.639, onde se conta a verdadeira participação do negro na cultura e principalmente na parte econômica para a formação do Brasil. E essa é uma forma de mostrar às nossas crianças, elevar a sua autoestima e mostrar que nós participamos também.

Eu ouvi vocês falando aqui sobre África. Vamos corrigir: é continente africano. Por que houve essa exploração no continente africano? Devido à riqueza do continente africano. Eu aprendi outro dia os significados das cores verde, preta, branca, amarela e vermelha. Quais são os significados dessas cores? Você está com essa roupa, não é? Com esse boné. Esse verde não significa o Bob Marley. Esse verde significa a flora. O amarelo, a inteligência, que nos foi negada por muitos anos, até mesmo nos livros didáticos. O amarelo significa inteligência e ouro. O preto, petróleo, mina. E o vermelho, infelizmente, o tráfico de homens, morte, sangue. Significa sangue. Então, muitos não passam isso. Eu aprendi há pouco tempo, também.

Deve haver uma fiscalização e um acompanhamento da aplicação dessa lei nas escolas. Pergunto se está ocorrendo, realmente, o cumprimento dessa Lei nº 10.639, de 2003. Eu agradeço o apoio da Seppir, por ser parceira e dar credibilidade ao nosso Projeto Quebrando a Cultura do Medo. Apoio também que eu tive da minha madrinha ali, Neide Rafael, e da Graça. De 2009 a 2010, consegui colocar isso em prática, mas em 2010, em Águas Lindas de Goiás, eu fui proibida pela Secretaria de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	47

Educação de falar sobre a abolição, sob a alegação de que a abolição é coisa do passado. "Vamos parar de falar sobre negros, abolição, pois os judeus sofreram muito mais do que os negros, e nem por isso fala-se sobre judeus o dia todo. Então, a partir de hoje, Sra. Márcia Severino, não se falará sobre negros nem sobre 120 anos de abolição." Eu até falei: "Cento e vinte, não. Já estamos indo para 123, mas tudo bem, não irei falar mais sobre negros." E me proibiu também de falar sobre o Quebrando a Cultura do Medo, porque era um nome muito forte. Quebrar a cultura do medo é dizer que você não pode ter medo, que você tem de ter coragem, que você pode, que você é capaz.

Como já está passando da hora, eu quero dizer que eu tenho uma bandeira. Hoje eu sou uma professora readaptada, devido a muitas perseguições. Isso afetou, realmente, o emocional, o físico, mas eu não deixei de lutar, não, gente. O readaptado é capaz. Eu quero mostrar isso a eles. Tenho até processo judicial. Eu não quero dinheiro, eu não quero nada em troca. Eu quero apenas mostrar que nós podemos ganhar, nós podemos vencer, nós podemos ser.

Agradeço e tenho uma bandeira. A bandeira é a minha filha e todas as crianças do nosso futuro. Agradeço. Um abraço! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Márcia.

Pelo adiantando da hora, desculpem-me, mas tenho de pedir celeridade. Vocês percebem que eu deixo falar, mas a gente tem outros compromissos na Casa. Algumas pessoas da Mesa já precisaram sair. As duas Vivianes já precisaram sair em função de compromissos. Talvez haja alguma pergunta para a Mesa. Peço que sejam um pouco mais céleres. Contudo, naturalmente, se for essencial, que a mensagem seja passada.

Vou passar a palavra agora para a Maria Lourdes de Lima Rosa, que é professora do Centro de Ensino Médio do Setor Leste.

SRA. MARIA LOURDES DE LIMA ROSA – Posso falar daqui, de onde estou sentada?

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Olha, é como eu falei anteriormente. Eu gostaria que a fala fosse daqui da tribuna, Lourdes, porque a gente está gravando isso. Até me pediram para informar o e-mail. O e-mail do nosso gabinete é: deputadoclaudioabrantes@gmail.com. Pode pedir cópia desta comissão geral por e-mail ou pelo 3348 8042, que é o nosso telefone do gabinete, ou pessoalmente no Gabinete 4 da Câmara Legislativa.

Concedo a palavra à Sra. Maria Lourdes de Lima Rosa

SRA. MARIA LOURDES DE LIMA ROSA – Boa noite a todos.

Não vou fazer discurso porque na realidade vim aqui para ouvir, para aprender. Só que eu destaquei algumas posições e gostaria de fazer algumas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	48

ponderações. Quero antes agradecer sua iniciativa, Deputado Cláudio Abrantes, de trabalhar este tema muito importante, principalmente para nossa sociedade atual, pois a garotada está meio perdida. Inclusive, vou misturar só um pouco o discurso. Há uma representante do MEC aqui? Ela já foi embora?

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Sim, ela já foi.

SRA. MARIA LOURDES DE LIMA ROSA – Como você representa a questão política, o poder, Deputado Cláudio Abrantes, eu quero dizer que a televisão influencia muito a postura da garotada. A nossa televisão não valoriza. Quando comparamos a nossa televisão com a TV americana – a gente lê, temos colegas que moram lá –, verificamos que eles valorizam questões que atuam na formação da criança, do adolescente, dos jovens. Eles trabalham, por exemplo, questões políticas até para saber sobre a realidade do país, o que está sendo pensado, votado, a questão de valores, de ética e de dignidade.

O que a televisão explora? Só a questão da violência, direto. Isso, de certa forma, martela na cabeça da criança, do adolescente, que não têm ainda uma formação concluída, e você banaliza a violência. Então, essa é a colocação para o pessoal que representa, para você que é uma autoridade, Deputado Cláudio Abrantes.

Na questão da matéria para ser trabalhada, sou completamente a favor, mas gostaria de sugerir, não sei se é a palavra adequada, que a matéria fosseposta não como disciplina exclusiva, mas que fosse distribuída na matéria. Por exemplo, eu sou professora de Língua Portuguesa, Código de Linguagem, e pode ser trabalhada em Literatura, Sociologia e História de forma pontual, pois, por experiência que temos, até mesmo na política, quando você compara leis a serem cumpridas pela União, pelo Estado e pelos Municípios, esse sistema não funciona. Quando você deixa de forma genérica, para que todos os professores façam, não vai dar certo porque um vai ficar esperando que o outro faça.

Em termo de autoridade, como o professor tem autonomia, não tem como você, mesmo que seja secretário, diretor, dizer: "Olhe, você tem que fazer isso". Não. Então, se fizesse assim, seria de bom tamanho, até porque não precisaria mexer em outras matérias, redistribuir cargos, mexer em conteúdos.

Quanto à questão das séries, que foi exposta aqui, as séries iniciais, a parte fundamental e o ensino médio, eu penso que se fosse valorizada principalmente nas séries primeiras mesmo, lá com três aninhos, quatro aninhos, passando pelo ensino fundamental, até mesmo na 8<sup>a</sup> série, seria a questão essencial, pois são nesses primeiros momentos da vida que são preestabelecidas, trabalhadas, determinadas as questões de caráter, dignidade, valores e respeito. É claro que no segundo momento, no ensino médio, o aluno já está com mais maturidade e se pode reforçar essa situação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	49

Na universidade, eu mesma tive a oportunidade de trabalhar a matéria Antropologia, a Deputada Arlete Sampaio colocou aqui, e lá você vê muito bem isso, as questões do homem mesmo, da formação do homem. Na universidade, o que poderia ser feito também, voltando na sua questão, Deputado Cláudio Abrantes, que é autoridade política, é quase que exigir que fosse trabalhada, principalmente nos cursos de Literatura, que trabalham com a formação do homem, que fosse obrigatória a Antropologia. Não só ela, como a Sociologia. Aí você resolveria o problema. Teríamos uma pessoa mais madura no meio acadêmico, já trabalhando isso com outro olhar.

Eu gostaria, para não ocupar muito o tempo, de dizer que sou artista. No meu Estado, na minha região, há a questão do índio. É muito valorosa a sua idéia, Deputado Cláudio Abrantes, mas você poderia propor um debate sobre a questão do índio, sobre o que ele representou e representa para o País nos termos de cultura, alimento, dança, linguagem, pois temos uma grande variedade na fala porque o índio nos cedeu. Ele também foi morto, perseguido, excluído, continua sendo até hoje. Ele foi até proibido, em algum momento, de usar a sua língua. Existia uma gramática voltada ao tupi que foi proibida. Então, que se considere também essa outra questão, porque também é excluída e faz parte da nossa sociedade.

Agradeço a todos pela oportunidade de aprender também. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Maria Lourdes.

Sobre a questão do índio, vamos trabalhar nisso. Já tivemos alguns outros eventos em que trabalhamos essa temática, mas concordo com a senhora que sempre vale a pena investir também nessa questão cultural.

Neste momento, passamos a palavra ao Sr. Francisco Celso Leitão Freitas, coordenador pedagógico do Centro de Ensino Fundamental 602 do Recanto das Emas.

SR. FRANCISCO CELSO LEITÃO FREITAS – Boa noite a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa na figura do Deputado Cláudio Abrantes e quero agradecer ao pessoal que resistiu até este momento.

Estou muito feliz, apesar do baixo *quorum* neste momento. Acho que é um dos poucos momentos que estamos vendo este espaço do plenário da Câmara, que, como já disseram aqui, teoricamente é a Casa do Povo, com a cara e a cor do povo, de fato. Em poucos momentos presenciamos isso. Então, queria parabenizar a todos que estão aqui.

Só que cabe uma reflexão neste momento também. A cara do povo está neste momento, mas entre os representados. A gente precisa que esta Casa e outras instituições fiquem a nossa cara também, mas entre os representantes, não é isso? É a luta pela equidade, a bandeira que a Professora Verônica falou. Temos que lutar por essa equidade. Parafraseando o *rapper* negro Mv Bill, "ocupar vários espaços é o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	50

nosso plano de paz". Acho que a gente tem que procurar cada vez mais ocupar os espaços, as instituições, e por aí vai.

Lembrei que, na fala do Deputado, S.Exa. estava estranhando que a maior parte da mesa era composta por mulheres. Normalmente, a mesa é composta por homens. E aí cabe outra reflexão sobre a questão da discriminação. Por que tinha mais mulheres do que homens? Porque a gente está falando de educação, e predominantemente a área de educação é composta por mulheres. Talvez por isso a educação seja tão desvalorizada na nossa sociedade. É uma discriminação também onde cabe uma reflexão profunda. A educação talvez seja a ponte, talvez não a única ponte, mas a ponte que vai fazer com que as minorias consigam chegar aos altos escalões da nossa sociedade, com que consigam sair da condição de representados para estarem, também, entre os representantes na nossa democracia. Então, cabe uma reflexão nesse sentido.

A educação é prioridade no discurso de todo mundo. Todo mundo fala que educação é prioridade, mas tivemos aqui em Brasília recentemente uma greve de professores, e a mídia, que vive falando que a educação tem que ser prioridade, na hora de um movimento grevista em que o professor vai cobrar seus direitos, manifesta-se contrária ao movimento. Vários parlamentares ficam omissos nesse momento, e alguns que estavam até aqui presentes soltam nota contrária ao movimento dos professores. Senador que fala de educação em todos os seus discursos já foi vítima também, caiu na armadilha do preconceito, e eu queria relatar esse fato aqui.

No ano de 2010, se não me engano, num fórum de cultura indígena lá no Iesb, o Senador Cristovam Buarque, que antecedia a fala de Ailton Krenak, cometeu uma gafe que me deixou muito chateado. Para uma plateia de professores, ele se referiu à posição dele no passado de uma forma muito infeliz. Ele falou que conheceu Ailton Krenak quando ele era "um mero professorzinho da UnB". Como a doença do preconceito pega, ele não se vê mais como professor. Ele não se vê, não sei em que patamar ele se enxerga. Se ele se refere à pessoa dele, no passado, como mero professorzinho da UnB, o que ele deve pensar de mim, que sou um professor de ensino fundamental na escola de periferia do Recanto das Emas? Eu devo ser o cocô do cavalo do bandido – desculpem-me os termos chulos.

Então, a educação tem que ser pauta também. Temos que falar de educação, porque só com educação pública de qualidade é que talvez, em um futuro breve, espero eu, a gente não precise mais discutir cotas, porque a educação pública de qualidade é que vai oportunizar as minorias que, historicamente – faltaram oportunidades para essas minorias –, tiveram portas fechadas durante o processo histórico.

Além da educação de que falei aqui, outro ponto importante é a participação. Eu pesquisei muito as falas do Norberto e me senti contemplado em várias falas também. Ele falou em relação ao currículo. A gente precisa rediscutir o currículo,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	51

colocar a temática africana e afro-brasileira no currículo. Mas isso não tem que ser uma coisa de cima para baixo. Tem que ser uma coisa de baixo para cima. Os nossos alunos não se sentem parte do processo. A gente viu que havia alunos na plateia, mas eles estavam completamente alheios ao debate. Estavam apenas como espectadores. Precisamos pensar. Estamos em um processo de discussão de gestão democrática na educação aqui de Brasília e essa gestão democrática tem que ser de baixo para cima e não de cima para baixo.

Aí, cabe a nós, educadores, refletir o nosso papel. A gente discute, por exemplo, o nosso plano de aula com nossos alunos? Será que a gente faz isso? Será que a gente oportuniza os nossos alunos a terem voz, a participar e ter poder de decisão na escola? Então, eles não são educados para participar. Por isso eles chegam aqui e ficam alheios ao debate.

Precisamos chamar a comunidade escolar, dar voz para a comunidade, para os servidores, para os alunos, para os pais. É isso o que a gente precisa fazer. Precisamos de participação. Democracia é isto: poder do povo. Se você não participa, você não é parte. Você fica refém de representantes que, muitas vezes, legislam, julgam e executam em causa própria. Temos que dar voz às minorias, aos nossos alunos e fazer com que todos participem.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Francisco Celso.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Jailson Kalludo, visto que a Yá Sueli Gama precisou sair.

SR. JAILSON KALLUDO – Boa noite a todos. Somos os últimos dos moicanos.

Primeiro, quero agradecer ao nobre Deputado essa aula magna, porque isso aqui é uma aula. É uma aula de história, antropologia, sociologia, filosofia. O que mais me fez feliz foi ver no olhar dessas pessoas a seriedade de falar sobre o homem negro, a mulher negra. O grande barato é que renova. Isso aqui foi uma renovação. Não uma renovação de se fazer o novo, mas de resgatar o passado, contemporanizar a história do homem negro, do cidadão brasileiro, do professor que está preocupado com as questões do cidadão negro, do deputado, dos representantes do governo. Esse que é o grande barato.

Mais ainda: ser assistido por uma sociedade que quer mudar, mas mudar por meio da educação e não do rancor, não da mágoa, mas da alma. A minha alma não está armada, a minha alma está completamente recheada de saber. Essas mulheres que estão aqui na plateia, mulheres negras, mulheres guerreiras, mulheres brancas, que são guerreiras também, todos estão tentando colocar uma situação no denominador comum: somos iguais perante Deus, perante os homens e as religiões. Não podemos mais permitir qualquer forma de preconceito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	52

Meu pai um dia me falou: "Você vai ser um cidadão através da educação. Você é negro e é deficiente. Lute!" E eu falo: pai, hoje, todo dia, eu mato um leão na minha sala de aula como professor; lá fora, como jornalista. Hoje, tenho espaço porque me permiti ter espaço. O homem negro, a mulher negra tem que se permitir. E quando se fala "vamos dialogar", é dialogar na realidade, no contexto político, social, econômico, filosófico e sociológico, e não ficar sofismando. É falar da religião negra, sim. Levar para as escolas públicas a realidade do cidadão negro.

Vou dizer mais: não quero pedir aos governantes, aos representantes do governo ou até ao próprio sindicato ou a minha comunidade negra. Vamos pedir uma oportunidade para colocar a cultura negra em sala de aula. Temos que exigir a cultura negra nas escolas, nos processos pedagógicos. Fui criado lendo livros de personagens brancos e nem por isso fiquei revoltado. Enriqueci meu capital de conhecimento, mas agora temos que mostrar que temos personagens negros, temos escritores negros, e isso tem que ser colocado na metodologia, tem que ser colocado nas instituições de educação. Isso tem que ser exigido.

Falam: não pode ser uma coisa de cima para baixo. Tem que ser de qualquer lado. Temos que incomodar. Educação é um processo de crescimento. Não vamos mais ficar dizendo: "Vamos fazer simpósio, palestra". É muito bom, mas agora é uma outra novela, é Globo, é Record, é SBT. É uma outra novela, gente. Vamos botar a cultura negra em ação, mas não com revanchismo. Vamos fazer isso com classe, com categoria, porque o negro tem classe, o negro tem categoria. Ele erra também, como qualquer ser humano. A partir do momento em que tivermos a compreensão de que, se trabalharmos juntos, com diferentes etnias, com diferentes posições políticas, vamos ter uma ação positiva, eu acredito na ação positiva. Eu acredito na questão da convergência de várias culturas. E o negro é a parte principal, porque viemos de uma mãe África, viemos de um continente e temos que colocar isso em prática. Chega só de imagens. Temos que vivenciar.

Muito obrigado, Sr. Deputado, senhores da Mesa, senhores do plenário, por esta oportunidade. E vou dizer mais: a mulher é parte fundamental desse processo renovador de consciência. Eu, hoje, estou lendo um livro chamado *As mulheres na elite brasileira, as mulheres políticas*, de Lúcia Avelar. Ela mostra que as mulheres têm sensibilidade para questões sociais. Vamos botar a mulher no poder e vamos exaltar a beleza da mulher negra em todos os parâmetros da sociedade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Jailson. Obrigado, mesmo. Já colocamos uma mulher no poder, e muito bem colocada, a Presidente Dilma.

Quero agradecer a vocês, realmente heróis da resistência. Sinto-me plenamente gratificado, porque o que importa é o debate. As considerações serão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	53

encaminhadas à Secretaria de Educação e aos órgãos pertinentes. Também faremos encaminhamento à Comissão de Saúde, Educação e Cultura, da Câmara Legislativa.

Indago aos representantes da Mesa se querem fazer alguma consideração final ou dar algum recado.

SR. ANTONIO MÁRIO FERREIRA – Eu queria dizer que foi uma pena o José Norberto Calixto ter ido embora, pois ele foi o mais pessimista da estória, dizendo: “Não adianta o debate, não estão fazendo nada.” Eu vi aqui milhares de coisas sendo ditas pelas pessoas e que estão sendo feitas. Quanto foi importante o debate.

Eu nunca tinha tido a oportunidade de ouvir coisas que foram ditas por pessoas que eu conheço há muito tempo. Essa capacidade do debate é fundamental. Ele disse que está cheio de debate. Eu não estou cheio de debate, não. Por mim, estou aqui até esta hora, e se tivesse de ficar aqui até meia-noite, eu ficaria. Porque acho que o debate é enriquecedor para a gente, ainda mais nós que estamos na gestão pública. Se a gente não tiver essas informações, o *feedback* dessas necessidades colocadas, não teremos o que fazer.

Eu não estou ali sentado no Buriti para ganhar dinheiro, estou ali para fazer coisas. Se eu não estiver fazendo nada, eu vou embora, não vou esperar que me mandem. Se eu não tiver o que fazer, pego as minhas coisas e vou embora. Eu quero fazer. E a gente só vai conseguir fazer as coisas com essas informações, com essas questões. Já conhecia vários problemas, várias questões apresentadas aqui, mas a forma como foi dita agora, a forma de um debate como esse, com informações em que se pega um pouquinho de cada um para poder elaborar uma nova interpretação do problema, é fundamental para a gente. Para mim, isso reforça cada vez mais a tarefa que temos de fazer.

Quando falei em ações coordenadas, não era com uma coordenação, era no sentido de que ela se movimente, de que a gente pegue todos esses problemas. As pesquisas apontam exatamente isto, apontam aquilo que eu estava dizendo: são vários os problemas, são vários os motivos pelos quais a implementação tem dificuldades. É pedagógico, é de gestão, é de material didático, é de vontade, é de democracia, é de filosofia, é de sociologia, é de direito, é de tudo. Agora, não adianta pegarmos uma coisa para fazer, temos que pegar o conjunto dessas coisas e cada um, nas suas habilidades e capacidades, colocar em prática. A coordenação é esta: é a Seppir do DF, é o núcleo da Secretaria, é a comissão. Isso que é fundamental.

Dizer que não fizemos nada! Eu estava escrevendo na hora em que estavam falando. Houve a história geral da África; houve os livros do tempo da Eliane Cavalleiro, que foi uma beleza; foi o suporte para a gente chegar aonde chegamos hoje; temos os livros didáticos que existem por aí afora; temos também a Seppir e o reconhecimento do governo. O próprio ataque a nós por algumas instituições de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	54

comunicação é o fato de que eles reconhecem que a gente existe e de que isso os incomoda. Tudo isso é avanço, é a importância que a gente tem.

Graça, não acho que estejamos falando para nós mesmos, não. A gente fala a cada vez para gente nova. O pessoal da Taquigrafia aqui certamente está escrevendo e pegando informação, os funcionários da Casa, gente nova. A gente acha que essas coisinhas que fazemos ao gravar não vão... Eu fui participar de um programa na *TV Comunitária*, o Conexão Cidadã. Depois, ao sair na rua, havia várias pessoas dizendo que tinham me visto no programa. A gente acha que ninguém assiste, mas tem um monte de gente que fica atrás de informação. Tem gente por aí que quer informação. Esses mecanismos todos, esses materiais que temos hoje, fazem as coisas andar. Essas informações vão adiante.

Para terminar, agora, de verdade, eu quero dizer que além dessa questão do Ministério Público, Deputado, temos que tentar fazer alguma coisa conjunta em termos de governo, para sensibilizar os órgãos que geram recursos para a gente fazer por meio de uma ação. Seria interessante o Deputado propor uma reunião com o Executivo, com o Governo, para a gente apresentar essas necessidades e mostrar que nesse trabalho todo que V.Exa. tem feito de consulta popular existe esse anseio, essa necessidade, e é necessário que isso se reflita no Orçamento, para podermos ter ações.

Temos de fortalecer, Graça. Se o MEC não está fazendo as reuniões de fora, temos de fortalecer o fórum do Distrito Federal. Temos de fazer. A comissão poderia também fazer uma reunião do fórum – como você fez essa da história –, chamar o fórum e todas as entidades que queiram participar, para um debate, para saber o que podemos fazer em termos de sociedade e quais os papéis que essas instituições têm vontade de fazer. Que assim todos possam participar do fórum, como a Eloísa – que está aqui e ficou até agora –, o pessoal do Sinpro – onde há um setor que cuida disso –, outros sindicatos que têm isso – o Sindicato dos Bancários tem isso, o Sindicato dos Jornalistas também. Podemos chamar as entidades — não é chamar a população — para um debate no fórum, todas as entidades da sociedade que queiram debater isso e queiram atuar juntas, para reativarmos o fórum e fazê-lo funcionar.

Como o colega disse, precisamos incomodar. E o fórum é o grande incomodador. Se o fórum não incomodar a gente, a gente não avança. Temos de ter o fórum atuante, fazendo isso.

Quero agradecer a todos vocês, ao Deputado, porque isso aqui é uma grande oportunidade. Quero agradecer a vocês também, porque tive a honra de ouvir e aprender coisas fantásticas das pessoas que estão fazendo. O companheiro com um trabalho de desenho animado que está em produção. Também o companheiro na luta junto com a sua deficiência. Eu acredito que você mentiu. Não é um leão, você deve matar uns três, quatro leões por dia. A companheira que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	55

enfrentou o problema de racismo. Eu já conhecia a história dela. Várias vezes vimos isso nas redes sociais. As redes sociais também são um avanço.

Conseguimos barrar Serra, esses racistas todos que queriam ir para o poder através das redes sociais. Elas também são avanço. São redes sociais nossas. Quero agradecer à Graça, que sempre traz essa história do movimento, que ela guarda. Ela é uma biblioteca do movimento. Não é pela idade da Graça, não! A Graça é como eu. Estamos beirando uma idade saudável, mas ela vai atrás de documentação. Ela tem toda a documentação. Essa documentação com que ela anda é da reunião de 1986, no auditório da Caixa Econômica Federal. Estavam reunidos negros de todas as entidades do Brasil, e ela guarda esses documentos.

Mais uma vez, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Antônio. A Graça vai passar essa documentação para nós. Vamos pegar essas sugestões e passar para a Frente Parlamentar da Igualdade Social para promover realmente essas reuniões.

Concedo a palavra à Sra. Neide Silva Rafael Ferreira.

SRA. NEIDE SILVA RAFAEL FERREIRA – Só a título de contribuição, Sr. Toninho, eu fui ex-Conselheira do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro do Distrito Federal. Na gestão do Dr. Júlio Romário, existe um documento que aponta todas as dificuldades que o Distrito Federal tem com relação à implementação. Então, eu solicito que o senhor, nessa gestão da Seppir/DF, traga esse documento que muito vai lhe ajudar como subsídio. É um documento concreto que dá uma fotografia da não implementação no Distrito Federal. Eu acho que o senhor já tem esse documento.

Poderíamos contribuir, chamando o Dr. Júlio Romário para uma conversa. Acredito que ele vai aceitar essa conversa. Que pudéssemos trabalhar em cima de dados que não foram inventados, mas são dados concretos, contabilizados pelos diferentes fóruns do antigo Conselho de Defesa dos Direitos do Negro do Distrito Federal.

Eu tinha prometido a mim e a minha companheira de trabalho que eu não falaria hoje. Eu não posso falar hoje aqui neste plenário por razões que vou deixar todos curiosos. Eu acho este momento tão rico, tão importante. Sou uma professora do Rio de Janeiro. Quando ninguém fazia, a gente já tentava fazer. Temos aí, não por vaidade, mas por veracidade.

Sou filha de Lélia Gonzalez, filha de cabeça. Sou professora do município do Rio de Janeiro, do Projeto Zumbi, e aí vai o caminho. Hoje já sou avó, tenho quatro netos. E sou professora do Distrito Federal. Na semana passada, tivemos um momento áureo nesta cidade, de professores: uma professora negra, uma professora branca compromissada com o projeto de nação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	56

Hoje eu digo aos senhores, não posso dizer o motivo em respeito à Professora Ana Marques, em respeito à Professora Renata, mas estou muito preocupada com os rumos da implementação da Lei nº 10.639 nesta cidade. Inclusive, a Verônica foi convidada através da assessoria da Ministra Luiza, mas hoje fiquei sabendo que não foi ninguém, inclusive a senhora. A senhora estava viajando merecidamente de férias. Para a senhora ver o nível do evento.

O Deputado Cláudio Abrantes é uma pessoa que traz uma sensibilidade para o nosso olhar da mulher negra, do homem negro, do professor e da professora. O Professor Calixto não foi pessimista, foi realista, porque o Professor Calixto, como eu, damos aulas em Samambaia, no Recanto das Emas. A gente come muita poeira, muita poeira para que alguém que deveria estar nos realimentando diga que nós não podemos fazer. Que nós não podemos fazer, que temos de olhar uma estrutura. E essa estrutura que eu vejo essa semana, na educação do Distrito Federal, é uma estrutura de cima para baixo.

Estou muito triste, e vocês vão dizer: "O que eu tenho a ver com isso?" Tem, sim, gente, porque estou com a minha papelada de aposentadoria, mas não me vejo na minha casa só brincando com os meus netinhos, pois não posso aceitar o genocídio que este País faz com o jovem negro, com a jovem negra. Não posso aceitar dizer que eles não podem, porque são de periferia. Quem é de periferia tem uma riqueza brutal, porque eles fazem, fazem pela sobrevivência. O segmento que mais acredita na educação neste País é o segmento do EJA. São aqueles trabalhadores que chegam agora às nossas unidades, sem ter jantado, sem uma série de outras coisas que normalmente a gente faz.

A vitória do nosso Supremo não foi só a vitória dos nossos juízes, dos nossos ministros, não. Foi a vitória do segmento, de um movimento negro. Aí a gente tem que dizer que essa vitória começou – vou dizer da minha realidade – no bairro da Luz, Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, com o curso Pré-Vestibular Alternativo. Começou lá, como começou no Rio de Janeiro, na Bahia, Pernambuco, nos diferentes estados. Então, quem discute cota neste País quer nos dizer o seguinte: "Os negros não podem."

Só que nós estamos provando que podemos, porque hoje a gente só acredita em quem fala estatística. As estatísticas dizem que os alunos que não estão chegando... Vamos pegar a UnB. Não chegam de carro importado, nem de carro nacional; muitos chegam a pé na Rodoviária, vão até a UnB para garantir um lanche, e os amigos, os parceiros que dão as caronas. Então, eles estão lá sem nenhuma instrumentalização de alimentação, de material didático. E hoje eles têm média, Sr. Deputado Cláudio Abrantes, média ou superior aos estudantes que estão lá das famílias das nossas oligarquias. Então, eu pergunto: "cota é ou não é?"

E os nossos ministros foram brilhantes. Como nós somos de militância, vou dizer um segredo aqui: todos eles tiveram instrução, orientações de brilhantes cabeças do movimento negro para terem aquela substância naquelas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

argumentações; senão, não passaria. Então, o senhor percebe que estamos em diferentes instâncias.

Por que eu volto à minha fala inicial? Eu não vou falar aqui hoje além do que estou falando, porque eu respeito você, respeito a Professora Renata Parreira e respeito a Professora Ana Marques, que são pessoas da Secretaria de Educação; mas se amanhã eu puder dar entrada na minha documentação para aposentadoria, eu darei, porque acredito que eles conseguem matar aquilo que a gente tem de mais forte, porque sei que posso. Agora, sozinha, não.

Agora, racismo institucional dentro de uma Secretaria de Educação, por vaidade, isso é muito sério neste País. De repente, estou pensando, vocês vão me chamar de louca, se a gente não faz um documento bacana e vai até a Presidência da República, porque tem que ser denunciado isso. Mas, professora, estou te respeitando porque você aqui é Secretaria, estou respeitando a Renata porque é Secretaria. E estou duvidando se eu sou ainda Secretaria.

Obrigada, desculpa, mas é por aí mesmo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Passo a palavra para a Mesa fazer as considerações finais.

Concedo a palavra à Sra. Ana José Marques.

SRA. ANA JOSÉ MARQUES – Apenas dizer que isso possa se repetir em outros momentos e que a gente possa continuar esse debate, porque ele é apenas um pontapé inicial, no meu ponto de vista, e os desafios estão postos. Agora, é realmente arregaçar a manga e fazer com que as coisas aconteçam. Obrigada.

Eu gostaria que vocês acessassem o nosso *blog* e se tornassem nossos seguidores: [www.diversidadeeducadf.blogspot.com](http://www.diversidadeeducadf.blogspot.com).

Boa noite a todas e a todos. Até a próxima.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Graça, você tinha pedido para falar?

SRA. MARIA DAS GRAÇAS SANTOS – Sim. Eu esqueci, em cima de mais essas propostas, que está havendo um debate hoje sobre o resultado do STF da constitucionalidade das cotas, em cima do voto do Ministro Lewandowski, que está sendo considerada uma das grandes peças jurídicas. Várias pessoas, o Senador Paim, a Ministra Luiza Bairros, todos estão com o objetivo de editar aquele voto e distribuir, como mais uma publicação da formação de todo esse debate que a gente leva, que é da história do negro e do continente africano.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Graça.

Concedo a palavra à Professora Verônica Maia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	58

SRA. VERÔNICA MAIA – Eu queria agradecer mais uma vez a todos vocês que ficaram, participaram, contribuíram. Eu também aprendi muita coisa, gostei muito de ver a manifestação de cada uma das pessoas que se pronunciaram.

Eu queria colocar que a Seppir tem uma ouvidoria. Essa ouvidoria precisa ser acessada, precisa ser mobilizada, é para isso que ela existe. Então, principalmente Professora Neide, não se furte de utilizar esse direito, que é da senhora e de todos os cidadãos brasileiros que se sintam de alguma maneira constrangidos por conta de racismo, discriminação ou qualquer tipo de coisa semelhante.

Muito obrigada. Agradeço mais uma vez, Deputado, foi muito interessante. Espero que possamos contribuir com o senhor toda vez que assim o desejar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Neide, no mesmo sentido, também temos a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar aqui, que é aberta para esses procedimentos.

Jailson, quer dar uma última palavrinha?

SR. JAILSON KALLUDO – É uma proposta. Através desse debate que está havendo agora, acho que deveriam transformar isso num fórum. Viu, Cláudio? É uma aula magna, não se pode perder essa gota, tem que se tornar um oceano. Então, você repense e na próxima vez me convide para o fórum.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Está ótimo, Jailson. Nós lançamos essa semana, junto com o Professor Israel – eu não pude estar presente, mas fui um dos signatários, eu, a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Chico Vigilante — a Frente Parlamentar pela Igualdade Racial. Um dos eixos dessa frente parlamentar é a implementação da Lei nº 10.639. Isso vai ser algo permanente, vamos buscar uma periodicidade nas reuniões dessa frente, que vão ser abertas. Há uma série de ações que pretendemos fazer — *blog*, movimentos.

Então, uma das linhas de trabalho é para que este debate não pare. A questão do fórum, vamos propor mais à frente, para ser avaliada. Não tenha dúvida — e todos da Mesa também —, que já é uma linha de trabalho do nosso mandato e de outros companheiros aqui da Casa — acabei de citar vários aqui. A Professora Neide já esteve conosco em alguns momentos.

Agora, volto a fazer o convite: a gente tem que reivindicar, brigar, mas tem também que celebrar. A África precisa ser celebrada, então no dia 25, Dia da África, a gente vai fazer essa celebração. Mesmo quando a gente celebra, a gente reivindica também, não há nenhum problema, portanto quero estender esse convite. A Frente Parlamentar pela Promoção da Igualdade Racial vai trabalhar nesse sentido. Para os que já deixaram *e-mails* e contatos, nós vamos sempre fazer eventos. Vamos usar muito da sabedoria desses que estiveram à Mesa, porque são a nossa base técnica, de vivência, e a gente vai precisar muito desse trabalho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   05   2012	15h35min	42 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	59

Eu gostaria muito, de coração, de agradecer não só aos que resistiram, mas também aos que passaram por aqui, pois a gente sabe que muitas pessoas tinham compromisso — pessoas da Mesa, Deputados. O importante é esse debate, um debate de pessoas que, realmente, querem que a implementação da Lei nº 10.639 seja algo efetivo e verdadeiro, mesmo com todas as preocupações. Nós temos guerreiros e guerreiras aqui neste plenário.

Tenho certeza de que todas as palavras que foram ditas ao longo de quase quatro horas de comissão geral vão ecoar. Tenho certeza de que não ficarão só neste ambiente. Há os Anais da Casa, sempre que se quiser consultar alguma coisa sobre a Lei nº 10.639, há um corpo técnico, e esta comissão geral vai ser levada em referência. Há o material audiovisual que estamos fazendo e, naturalmente, há o que vai repercutir nas mídias sociais e no meio, em defesa desse tema que é tão importante para toda a sociedade do Distrito Federal.

Gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares, das autoridades do Governo e da comunidade, aqui representada por suas lideranças, que contribuíram de modo relevante para o sucesso deste evento.

Declaro encerrada a comissão geral, bem como a sessão ordinária desta tarde.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h53min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 91 – Suplemento, de 25/5/2012.